NOSSA SOLIDARIEDADE AO POVO PORTUGUÊS NA SUA LUTA CONTRA A DITADURA SALAZARISTA

NOTA DO PRESIDIUM DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL SÔBRE A VISITA DO SR. CRAVEIRO LOPES

SAUDAMOS a amizade luso-brasileira. Irmanados pelo idioma, pela história, pelo trabalho e pela cultura, almejamos, como brasileiros, o fortalecimento constante dos laços que nos unem aos irmãos de além-mar.

OS comunistas do Brasil, certos de traduzir os sentimentos da classe operária e de todos os democratas e patriotas brasileiros, manifestam sua solidariedade à luta do povo português contra a tirania salazarista, pela paz e as liberdades, pelo progresso e a independência de Portugal.

É com as mãos tintas de sangue e manchado pelos crimes de uma ditadura infame e desumana que aqui chega o sr. Craveiro Lopes, que não representa, portanto, o intrépido povo português. Manifestamos nossa repulsa a semelhante visita que significa uma afronta aos sentimentos democráticos de nosso povo e que não pode ser senão prejudicial aos interêsses nacionais, tanto de portugueses como de brasileiros.

COM esta visita querem os governantes de nossos países explorar demagògicamente a tradicional amizade que liga nossos povos, pensam prestigiar a ditadura de Salazar, que cambaleia, e desviar a atenção do povo brasileiro, com festas, banquetes e discursos, da política antinacional e antipopular do sr. Kubitschek. Visam principalmente realizar entendimentos e acôrdos contra os supremos interêsses de nossos povos e contra a paz mundial. Já em território português e brasileiro instalaram-se bases militares norte-americanas para a guerra de agressão aos países socialistas e aos povos que lutam por sua emancipação nacional. Os povos de Portugal e do Brasil, que almejam a paz e sempre lutaram pelas liberdades e pelo progresso social, saberão, no entanto, manter-se vigilantes e destroçar êsses planos agressivos de seus governantes, unindo suas fôrças na luta contra o inimigo comum — o imperialismo agressivo dos Estados Unidos.

HÁ 31 anos, a ditadura salazarista vem calcando aos pés os direitos democráticos que a velha e gloriosa nação lusa conquistara, a preço de sangue, nas jornadas que levaram à derrubada da monarquia e que impregnaram todo o período inicial de sua vida republicana. Um odioso regime policial afoga as consciências, impõe a penúria ao povo, freia a criação literária e artística, entrega as riquezas dos territórios ultramarinos aos monopólios imperialistas ingleses e norte-americanos. As prisões e os campos de concentração abarrotados, amordaçada a imprensa, dissolvidos os partidos políticos democráticos, os sindicatos dos trabalhadores sob controle policial, o terror instituido contra a vanguarda operária e democrática — eis o panorama político de Portugal sob o govêrno de Salazar, instrumento da reação clerical e do capital monopolista. Por isso mesmo, êsse regime é fraco e vacila sob a crescente ação unida dos patriotas e democratas; e, nos últimos tempos, vem tentando utilizar o que chama de eleição à presidência da República como um recurso para mascarar seu odioso carater de tirania sob a aparência de um regime representativo. Para os portugueses torna-se, no entanto, cada vez mais evidente a essência antipopular dêsse regime, assim como o caráter de traição nacional de sua política externa com a participação de Portugal na agressiva Organização do Tratado do Atlântico Norte, com a entrega de parte do território da metrópole e das colônias aos militaristas ianques, com o combate às aspirações de emancipação nacional de Gôa e o apôio à opressão colonialista dos imperialistas em todo o mundo.

A classe operária brasileira e todo o nosso povo jamais identificaram o povo português, suas lutas heróicas, suas aspirações de paz e liberdade, com o regime do sr. Salazar e seus sequazes. Sentimo-nos hoje mais irmanados do que nunca na luta comum contra os mesmos inimigos, pelos mesmos ideais democráticos.

MAIS de meio milhão de portugueses vivem e trabalham em nosso país. Muitos dêles participam, ao lado de nosso povo, de nossas lutas patrióticas e democráticas. A todos chamamos, juntamente com a nação brasileira, a exigir a liberdade para o povo português cujos melhores filhos estão nas prisões e nos campos de concentração. Chamamos a defender a vida e a exigir a libertação de Alvaro Cunhal — dirigente querido da classe operária portuguesa.

QUE os representantes de Salazar, durante os dias que permanecerem em nosso solo, sintam o vigor de nossos sentimentos democráticos, de nosso ódio à tirania, assim como a profundidade de nossa solidariedade ao povo português em sua luta heróica contra a ditadura salazarista e contra os planos belicistas dos imperialistas norte-americanos.

VIVA a luta comum dos povos de Portugal e do Brasil pela paz e pela democracia!

LIBERDADE para todos os patriotas portugueses, vítimas da ditadura salazarista!

O Presidium do Comitê Central do P.C.B.

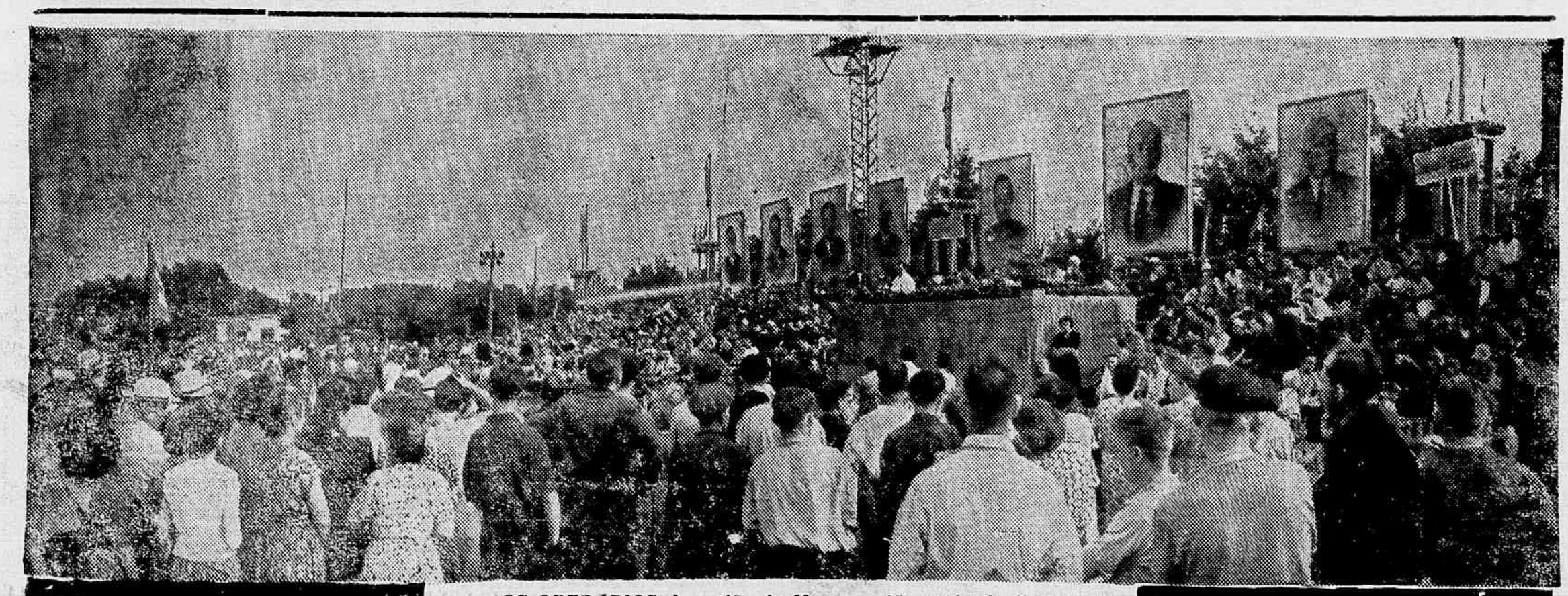
Rio, maio de 1957.»

SÔBRE A MARCHA DA PRODUÇÃO

Reportagem na Página Central

VOZ OPERÁRIA

Nº 418 ★ RIO DE JANEIRO ★ 18 DE MAIO DE 1957



OS OPERÁRIOS da região de Moscou estão apoiando firmemente o apêlo do «Comitê Soviético pela Paz» em favor de imediata cessação das experiências com armas atômicas e de hidrogênio, secundando as recentes propostas do govêrno soviético. No clichê, um comício promovido pelos operários de Tushino de apoio a esta exigência que já se transforma em clamor universal.

Conferência do Atlântico Sul

Por Apolônio de Carvalho

(Na Terceira Página)

Apêlo Dos Cientistas Americanos Aos Governos e Aos Povos do Mundo

(Leia na 2ª Página)

DATA INCORRETA

"Apêlo dos Cientistas Americanos Aos Governos e aos Povos do Mundo"

DOIS MIL NOTÁVEIS BIÓLOGOS, BIOQUÍMICOS, QUÍMICOS E MÉDICOS NORTE-AMERICANOS ASSINAM O IMPORTANTE DOCUMENTO

Dois mil cientistas norte americanos assinaram um apêlo em prol de acôrdo internacional que suspenda as experiências nucleares.

O incisivo e importante documento foi redigido pelo Dr. Linus Pauling, Prêmio Nobel de Química de 1954, e está assinado por notáveis biólogos, bioquímicos, químicos e médicos norte-americanos. Intitula-se «Apêlo dos Cientistas Americanos aos Governos e aos Povos do Mundo» e afirma:

«Cada nova quantidade de radiações causa prejuizo à saude de sêres humanos no mundo inteiro. Em nossa qualidade de cientistas, sabemos o que representam êsses perigos e temos, conseqüentemente a responsabilidade especial de dar a conhecer em que consistem».

Grande repercussão internacional teve o apêlo sobretudo porque no mês passado, em resposta ao dramático pronunciamento dos mais eminentes sábios alemães, foram largamente difundidas pelos imperialistas ianques as declarações do Dr. Libby, assessor da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, que afirmava não serem nocivas as experiências com as armas nucleares. Seguiu-se grande debate nos Estados Unidos durante o qual o Dr. Pauling, o Dr. Stern, uma das maiores autoridades em genética no mundo e o Dr. Neuman, que dedicou os últimos cinco anos ao estudo do problema, demonstraram fartamente que a atmosfera está saturada de estrôncio 90 o que já está originando o câncer dos ossos e a leucemia. Tal foi a repercussão da polêmica, que se travou nas universidades, na Subcomissão de Energia Atômica do Congresso e nas estações de Televisão, que dois mil dos mais eminentes cientistas acorreram imediatamente ao convite do professor Pauling e subscreveram o texto do apêlo.

Em declaração escrita apresentada à Subcomissão, os doutores James Crow, da Universidade de Wisconsin, Bentley Glass da Universidade John Hopkins e Ermann Muller, da Universidade de Indiana, afirmaram: «as recaidas radioativas já causaram um irreparável mal ao sistema hereditário que constitui a forma em que se modela a raça humana».

Mobilizam-se, assim, em todos os países, os melhores representantes da ciência em apoio da campanha que já se transforma em clamor universal pela imediata suspensão das experiências com armas nucleares e por um acôrdo internacional proscrevendo o seu uso.

A Situação no Líbano e a Volta Dos Nossos Pracinhas

A intervenção aberta dos Estados Unidos no Oriente Próximo e Médio, através da "doutrina Eisenhower", continua a agravar a tensão naquela região. Os imperialistas norte-americanos não cessam de se gabar do "êxito" obtido na Jordania, onde lograram estabelecer uma feroz ditadura. Esse "êxito" foi facilitado não só pela posição impatriotica do rei Hussein, e pela intervenção das forças armadas do Iraque, país membro do pacto de Bagdad, como também pela cumplicidade do atual govêrno do Líbano. Foi nas costas e portos libaneses que a Setima Esquadra norte-americana fez a sua exibição de forças para intimidar a Jordania e a Siria, chegando mesmo a desembarcar em Beirute uma fôrça de fuzileiros navais.

As vigorosas manifestações de massas iniciadas no Líbano a 30 de maio vieram no entanto demonstrar mais uma vez que os povos arabes repelem a "doutrina Eisenhower" e que saberão derrotá-la.

Os patriotas libaneses desfilaram pelas ruas de Beirute, tendo á sua frente dois ex-primeiros ministros, Saed Salem e Abdulah Yafi, e numerosos parlamentares da oposição. Viam-se cartazes com retratos de Nasser e frases de apoio á politica independente do Egito. A repressão foi violenta, tendo sido noticiado oficialmente que houve pelo menos seis mortos e dezenas de feridos. Os manifestantes apedrejaram o automovel do adido militar norte-americano. O ex-primeiro ministro Saed Salem teve de ser hospitalizado em consequência dos espancamentos a que foi submetido por um grupo de policiais.

No dia 1 o ex-presidente da República Libanesa, sr. Bechara el Khouri, publicou um manifesto no qual declara que é preciso dissipar as inquietações engendradas pela declaração libano-americana de 16 de março, e relembra que "o principio criador da nação libanesa exclui qualquer tratado bélico, qualquer posição privilegiada, qualquer base, visivel ou invisivel, na terra libanesa».

O govêrno do Líbano resolveu proibir tôdas as reuniões públicas, até novo aviso, e preveniu que «os disturbios serão reprimidos com vigor». Anuncia-se uma greve geral, e as patrulhas militares percorrem a cidade de Beirute ao mesmo tempo que o primeiro ministro declara à imprensa francesa que a situação no Oriente Médio e Próximo «melhorou ligeiramente, devido à intervenção norte-americana».

Causa portanto profunda estranheza que, em meio a esse ambiente reinante no Líbano, chegue a nós a noticia de que vários contingentes da Fôrça de Policia Internacional estacionada entre o Egito e Israel tenha sido enviada para Beirute «a fim de gozar alguns dias de férias». Telegrama procedente de Gaza informa que entre os soldados contemplados com essas «férias» figuram contingentes brasileiros. Calcula-se que ao todo uns seis mil soldados se dirigirão de Gaza para Beirute, sendo 4.500 por monstram que a Fôrça de Policia Internacional poderá a mar e 1.500 em aviões. A exigência patriótica da volta imediata dos nossos pracinhas assume com esse fato importância ainda maior. Os acontecimentos do Líbano de qualquer momento ver-se envolvida em manobras contra os povos arábes, inspiradas pela «doutrina Eisenhower».

GRAVE DERROTA AMERICANA A REVOLTA DE FORMOSA

Os acontecimentos em Formosa constituem um sério golpe contra a politica imperialista norte-americana, de ocupação de territórios de outros países para a instalação de bases militares. A depredação da embaixada ianque pela multidão enfurecida apesar de todo o aparelho de repressão do regime policial de Chiang Kai Chek, revela a profundidade do ódio das massas populares ante um dos aspectos mais humilhantes das ocupações norte-americanas, ou seja, a prerrogativa da extraterritorialidade que é imposta a todos os países que cedem bases. Qualquer que seja o crime praticado pelos militares ianques, nos países ocupados, o seu julgamento não cabe à justiça local mas ao próprio comando norte-americano.

Na mesma semana dos acontecimentos de Formosa vemos um caso no Japão e outro na Grécia, em que os ianques pretendem a impunidade de seus militares criminosos. O govêrno japonês está exigindo a entrega de um soldado assassino e as autoridades gregas prenderam e estão dispostas a processar um militar ianque que atropelou e matou um general grego, herói da guerra contra o eixo.

No Brasil sofremos recentemente humilhação idêntica quando foi concedida a mesmissima "extraterritorialidade" a um militar norte-americano que, embriagado, provocou um desastre na direção de um "jeep". A essa vergonhosa violação de nossa soberania ficamos submetidos em virtude do famigerado Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos, que regula presentemente a situação dos militares ianques que estão desembarcando em Recife para ocupar Fernando de Noronha e outros pontos do nordeste.

Os brasileiros participam, por isso mesmo, da justa revolta das massas populares de Taipé. Estamos igualmente sujeitos a vêr nossos compatriotas nordestinos assassinados impunemente pelos soldados do dólar, sem que as autoridades judiciais brasileiras possam de qualquer forma intervir. A tão ultrajante

O fantoche Chiang Kai chek cambaleia ante a revolta

situação fomos reduzidos pela política de entreguismo e subserviência adotada pelo govêrno Kubitschek. Mas os fatos ensinam, em Formosa, na Grécia, no Japão e também no Brasil — onde em tôda a parte o povo protesta contra a ocupação de Fernando de Noronha — que será derrotada a politica de agressão norte-americana quaisquer que sejam os planos e manobras do Departamento de Estados e dos governos que lhe são dóceis.

COMUNICADO CONJUNTO NEHRU - BANDARANAIKE

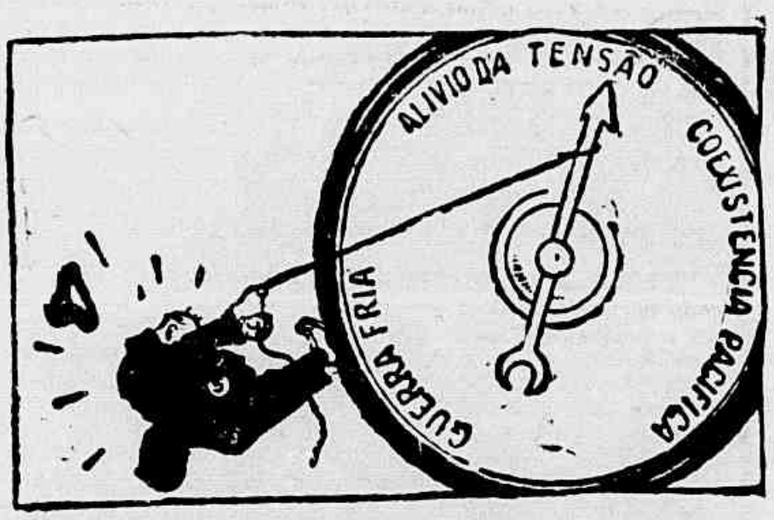
Os primeiros ministros da India e do Ceilão subscreveram um comunicado conjunto, dado á publicidade em Colombo a 19 de maio, no qual reclamam a suspensão imediata das explosões experimentais de bombas nucleares, enquanto se decide sobre a sua interdição definitiva. "Tal suspensão não sómente limitaria os perigos já surgidos como também ajudaria a aliviar a tensão internacional e conduziria a uma consideração efetiva do problema do desarmamento".

Os dois primeiros ministros manifestaram ainda sua plena concordancia na maneira de encarar os problemas da Ásia Ocidental, "que só podem ser resolvidos pelos povos dos países dessa região». Reafirmaram sua fidelidade aos cinco princípios da coexistência pacífica e o reconhecimento da importância da ONU como instrumento para asegurar a paz mundial. No entanto «para funcionar efetivamente a ONU deve tornar-se plenamente representativa da comunidade mundial». «A recusa por parte das Nações Unidas de reconhecerem a República Popular da China é contrária não somente aos princípios básicos da Carta da ONU, como também reduz a sua utilidade».

No dia seguinte á publicação do comunicado conjunto Nehru-Bandaranaike, o primeiro ministro chinês Chu En Lai proclamou seu apoio total á mesma, salientando a importancia da unidade das nações afroasiáticas.

A 25 de maio os primeiros ministros da India e do Japão, Nehru e Kishi, exprimiram, em outro comunicado conjunto, sua esperança de que as grandes potências que possuem armas atomicas e termo nucleares cheguem a um acordo para a suspensão urgente das explosões experimentais, e para a proibição dessas armas.

NEHRU



crônica internacional

O Comércio Com a China

GRANDE repercussão internacional teve a decisão do govêrno inglês de suspender o embargo ab comércio da Grã-Bretanha com a República Popular da China. Imediatamente o primeiro-ministro do Canadá, Sr. Lester Pearson, e o ministro do Comércio do Japão, Sr. Mikio Mizuta, declararam que seus países seguiriam o exemplo britânico. Os países escandinavos, a França e a Alemanha Ocidental adotarão atitude semelhante segundo se depreende de declarações de seus círculos oficiais. Já se noticia a ida de importante missão econômica britânica a Pequim e se estima que em um ano estará duplicado o montante do comércio entre os dois países.

Enquanto as principais firmas inglêsas se preparam para o grande surto de intercâmbio que se abre, com um mercado de seiscentos milhões de consumidores, o govêrno norte-americano, em nota oficial, se declara "profundamente decepcionado" com a decisão do govêrno inglês. Mas muito mais decepcionados estão os industriais e exportadores norte-americanos que com o Sr. Henry Ford à frente já iniciaram gestões junto ao Departamento de Estado para que seja mudada também a politica ianque em relação à China. Com a atitude da Inglaterra e dos países que lhe seguirão o exemplo, torna-se insustentável a cega e intransigente politica ianque de ignorar uma realidade tão palpável como a imensa, rica e próspera China Popular, enquanto dispende bilhões de dólares para sustentar o fantoche Chiang Kai-Shek em seu moribundo regime de opressão na Ilha de Formosa.

Depois da revolta do povo de Taipeh, que revelou a crescente disposição de luta dos chineses de Formosa, depois da atitude realista adotada pelo govêrno inglês, que será seguida por tantos países, e ainda face à pressão de seus próprios círculos industriais e exportadores, o govêrno dos Estados Unidos caminha para nova derrota, já que na próxima Assembléia das Nações Unidas estará na ordem do dia a questão da admissão da República Popular da China. Suceder-se-ão as derrotas da politica de guerra fria e de agressão e as vitórias das fôrças da paz e do intercâmbio entre os povos de todo o mundo.

Enquanto ocorrem tantas demonstrações de falência da politica norte-americana de agressão, de desmoralização da chantagem de "guerra à vista", prossegue o govêrno Kubitschek no caminho da completa submissão aos ditames de Washington, com crescente prejuizo de nossa economia e intolerável restrição do nosso comércio exterior.

Mesmo diante das sombrias perspectivas do ano corrente, para os principais produtos da nossa economia, a braços com a grita dos produtores de café, cacau, açúcar, algodão e dos chamados gravosos, o govêrno Kubitschek não dá qualquer passo no caminho de grande mercado do campo socialista porque isso lhe é vedado pelos imperialistas americanos. Ao invés de tratados comerciais com os países socialistas, que desafogariam a nossa economia, o govêrno firma pactos de guerra e de agressão, que aumentam as despesas militares, a carga, dos impostos, o sofrimento do povo.

A entrevista à imprensa do ministro Barbosa da Silva, do Departamento Econômico do Itamarati, um dos especialistas na aplicação do esquema ianque para o nosso comércio exterior, revela a vergonhosa posição do govêrno. De um lado não pode ignorar o crescente intercâmbio de inúmeros países com o campo socialista nem as reivindicações de nossos produtores e exportadores, mas de outro lado o veto dos orientadores ianques de nossa politica exterior impõe as reticências e ressalvas contidas nas declarações do ministro.

A atitude do govêrno inglês e dos demais países que lhe seguem o exemplo, ao romper o contrôle ianque de seu comércio com a China, além de constituir vitória da politica de coexistência pacífica, trará importante estímulo à luta de nosso povo por uma politica exterior independente e um comércio internacional que atenda aos interêsses da nossa economia.

Jamais Entregaremos a Amazônia Para Experiências dos Monstros Atômicos

Em telegrama da United Press, publicado com destaque por tôda a imprensa do país, temos a notícia de gravíssimo acôrdo, ou «contrato», que teria sido firmado entre o govêrno brasileiro e a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos. Diz a agência norte-americana: «Um funcionário da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos informou que na sexta-feira passada foi assinado contrato para que um grupo de cientistas visite as selvas do Amazonas com o propósito de buscar indícios sôbre como os materiais radioativos da precipitação atômica são absorvidos pelos sêres humanos. O objetivo dêsses cientistas será encontrar uma zona cujos habitantes vivem de alimentos vegetais e animais produzidos no lugar».

INCRÍVEL CONTRATO TERIA SIDO ASSINADO ENTRE O GOVÊRNO KUBITSCHEK E A COMISSÃO ATÔMICA AMERICANA

Como sempre acontece com os atos lesivos dos interêsses e da soberania nacionais e com as manobras entreguistas do govêrno, é de Washington que vem a primeira notícia. O govêrno Kubitschek nada informa nem desmente.

Que pesquisas são essas que pretendem realizar na Amazônia os loucos atômicos ianques? O que farão com tôda uma aldeia de brasileiros, provàvelmente índios isolados por centenas de quilômetros da imensa selva? Qual a precipitação atômica que poderia ser absorvida por êles?

A confirmar-se tal «contrato», qualquer que seja a justificativa ou explicação científica da expedição, é necessário que ela seja impedida de penetrar na Amazônia por um movimento de protesto indignado de todo o povo brasileiro. Jamais permitiremos que uma aldeia indígena sirva de cobaia para qualquer experiência dos monstros atômicos que destruiram Hiroshima e Nagasaki. Ante o crescente movimento da opinião pública norte-americana contra a continuação das experiências atômicas em Nevada, já foi anunciado o propósito do govêrno ianque de transferir para outros países as provas de suas armas nucleares, conforme denúncia do jornal romano «Paese Sera».

Os pescadores japonêses e os indígenas das ilhas perdidas pelo Pacífico têm sido até agora as cobaias humanas das criminosas experiências de americanos e ingleses. Nosso povo derrotará qualquer manobra, anulará qualquer contrato que o govêrno Kubitschek houver assinado com tal propósito, em sua vergonhosa queda pelos precipícios do entreguismo e da capitulação.

Jamais entregaremos a Amazônia para qualquer experiência dos monstros atômicos!

Resolução do C.R. Piratininga Sôbre a Unidade do Partido

Recebemos com pedido de publicação:

"O Comitê Regional Piratininga do Partido Comunista do Brasil, reunido em pleno ampliado para discutir a resolução do Comitê Central "Sôbre a Unidade do Partido", após amplo e democrático debate, considerou-a um instrumento poderoso de ajuda ideológica, pela sua justeza e por seu profundo sentido de defesa dos princípios em que se baseia o Partido Comunista.

O Comitê Regional, ao analisar as atividades do Partido na Região, concluiu que cresce o prestígio dos comunistas junto à classe operária e ao povo, em virtude de sua luta em defesa da independência nacional, da paz, das liberdades democráticas e dos interêsses vitais das massas.

Compreendendo que a unidade do Partido é um princípio concreto, que consiste na defesa da unidade partidária, na unidade ideológica, política e na do cumprimento das tarefas, o Comitê Regional afirma que tudo fará para que o Partido na Região assimile e leve à prática êsse ensinamento, unindo cada vez mais suas fileiras em tôrno do Comitê Central, que tem à sua frente o camarada Prestes. Os comunistas de Piratininga darão o máximo de suas energias para salvaguardar a unidade do Partido, pois êste é um dever sagrado de todos os militantes.

O Comitê Regional constata, com preocupação, que surgiram, se bem que isoladas, manifestações de indisciplina, assim como ações antipartidárias de alguns camaradas, fatos que criam dificuldades e prejuízos à atividade do Partido e ferem os princípios de organização e seus Estatutos.

A atividade antipartidária na Região tem se caracterizado pela difamação e o desrespeito à União Soviética, pelas calúnias ao Comitê Central e a alguns de seus membros, pelas crônicas tendenciosas das reuniões do órgão superior do Partido, pela preparação e participação em reuniões extraordinárias, para as quais se procura arrastar amigos e militantes do Partido e pela difusão de cartas e folhetos não autorizados pela direção do Partido.

O Comitê Regional chama as organizações partidárias a examinarem serena, mas firmemente, tais atividades, que minam a unidade do Partido, e a tomarem as medidas necessárias para a sua cessação imediata, de acôrdo com as exigências estabelecidas nos Estatutos.

Graves são também certos atos de indisciplina ocorridos na Região. Alguns camaradas, contrariando diretivas do Partido pregaram a insubordinação às decisões adotadas pelos órgãos dirigentes, disseminaram boatos, levaram aos organismos que assistiam suas opiniões pessoais em desacôrdo com as resoluções do coletivo, procuram impor sua vontade individual à vontade da maioria, exploraram o justo sentimento existente no Partido contra erros para estimular a indisciplina, e assim por diante.

O Comitê Regional concita os organismos e os militantes do Partido a que ponham têrmo a tais atos de indisciplina, fazendo respeitar o centralismo democrático e as normas de organização partidária. Nesse sentido, o Comitê Regional resolve restabelecer as normas estatutárias violadas por sua Resolução de outubro de 1956, que estendia o direito de voto nos Plenos Ampliados do Comitê Regional, a camaradas que não eram seus membros efetivos.

Baseado na Resolução do Comitê Central "Sôbre a unidade do Partido", o Comitê Regional reafirma sua determinação de impedir discriminações contra qualquer camarada que tenha opiniões diferentes ou divergências, desde que se mantenha dentro das normas partidárias e se subordine aos princípios pelos quais se rege o Partido. Não existe nenhum abismo no Partido entre os que divergem, mas a unidade é a condição principal para que o Partido possa cumprir sua missão histórica. E' dever por isso, de todos os militantes comunistas, cerrar fileiras em defesa da unidade do Partido e de seu centro único, o Comitê Central, e dos princípios marxistas-leninistas de organização. Na luta pela aplicação do princípio do centralismo democrático e do princípio da direção coletiva, as organizações e militantes comunistas devem desenvolver a democracia interna, estimular a crítica e a autocrítica, combater a auto-suficiência e o envaidecimento, defender enfim com firmeza todos os direitos e deveres dos comunistas.

O Comitê Regional considera, em suma, que é indispensável estudar, assimilar e aplicar a Resolução do Comitê Central "Sôbre a Unidade do Partido", procurando elevar o nível ideológico e travar a luta contra as ideologias estranhas, de modo que o Partido possa sair fortalecido e suas ligações com as massas reforçadas na luta pela independência nacional, a paz, as liberdades democráticas e as reivindicações do povo.

São Paulo, maio de 1957.

O Comitê Regional Piratininga, do Partido Comunista do Brasil»

A Conferência do Atlântico Sul — Conferência de Colonização e de Guerra

APOLÔNIO DE CARVALHO

OS PACTOS MILITARES organizados pelos imperialistas são «a forma nova, a forma atualizada do colonialismo». Na verdade, a guerra de 1939/45 foi ganha pelos povos, sob a bandeira das liberdades e da independência nacional. E isso tornou impossível o colonialismo, em seus velhos moldes. Cada metrópole procurou novos caminhos, novas formas políticas de associação, a fim de conservar o que era possível de seus antigos domínios. Daí, por exemplo, a «Comunidade britânica», a organização da «Nação francesa,» etc.

Os Estados Unidos não escaparam a essa regra. Como candidatos à dominação mundial era-lhes, porém, necessária uma forma de organização capaz de permitir a exploração — já não só das colônias e países dependentes mas também de suas próprias metrópoles. O caminho escolhido foi, portanto, mais amplo: o dos «planos» econômicos e das «doutrinas» de ajuda técnica ou de «defesa» econômica ou militar. Já em 1947-48, o «plano» Marshall atava as mãos, na Europa, à Inglaterra, à França, à Alemanha Ocidental, à Itália. Ao mesmo tempo, a «doutrina» Truman abria caminho, sob a coberta protetora de «assistência técnica», à penetração intensiva nos países dependentes e coloniais.

Êsses «planos» e «doutrinas» não se aplicavam, porém, sem dificuldades. Êles se chocavam, dentro de cada país, com a resistência das fôrças democráticas e patrióticas, tendo à frente a classe operária; e, no plano geral, com a política exterior da URSS, baseada nos princípios de convivência pacífica, de respeito mútuo, de igualdade de direitos entre as nações.

Isso nos ajuda a compreender melhor porque a estratégia americana passou a combinar, mais que nunca, o anti-sovietismo, no plano externo, ao anticomunismo na política interior. Do bojo dos «planos econômicos» surgem os planos militares, abertamente agressivos, a serviço dos novos candidatos a senhores do mundo: a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a OTASE (Organização do Tratado da Ásia do sudeste), o Pacto de Bagda. Assim se definem as linhas mestras do dispositivo de guerra norte-americano, visando a agressão atômica à URSS e aos países do socialismo — e, ao mesmo tempo, o esmagamento dos movimentos de libertação nacional e o domínio econômico e político do mundo.

A América Latina não ficou fora dêsse quadro. Com a cumplicidade das classes dominantes, criou-se em 1947 a Organização dos Estados Americanos (OEA) com seu correspondente complemento guerreiro — o Tratado Interamericano de Assistência recíproca. Como os pactos guerreiros imperialistas da Europa e da Ásia, o Tratado do Rio de Janeiro é, antes de tudo, um instrumento de exploração e de opressão nacional para os povos da América Latina. A OEA cria-se com direitos que violam a soberania, a defesa nacional, a liberdade de ação dos Estados membros, cujas fôrças armadas são colocadas sob o contrôle e a direção do Estado maior geral norte-americano. É ela que, através da chamada Junta Interamericana de Defesa, elabora os planos de «defesa comum» contra o «inimigo externo» e dispõe, para isso, do território e dos meios de cada Estado latino-americano; o Tratado do Rio de Janeiro a «autoriza», também, a intervir, se necessário com as armas, nos assuntos internos de qualquer dêsses Estados, a fim de combater o «inimigo interno» — isto é, a classe operária, seu Partido Comunista, o movimento patriótico, a luta de libertação nacional. Como se vê, aqui como em tôda parte, também o anti-sovietismo e o anticomunismo abrem a porta à reação interna e às tentativas de recolonização do país.

——oOo——

É em nome dessa Organização dos Estados Americanos, criada como instrumento dos monopólios dos Estados Unidos e baseada, confessamente, no princípio da «alienação progressiva da soberania nacional», que acaba de reunir-se, em Buenos Aires, a conferência guerreira do Atlântico-sul. O Presidium do Comitê Central de nosso Partido, em Nota recente, definiu, com tôda a clareza, não apenas a essência guerreira e colonizadora dessa reunião, mas também os resultados e consequências que dela esperam os militaristas norte-americanos e os grandes trustes a que êles servem. Ela é, antes de tudo, uma ameaça grave à segurança e à independência dos povos latino-americanos. E visa «a instalação de bases militares ianques em todos os países da América Latina, a intensificação da corrida armamentista nesses países e o assalto a suas riquezas nacionais pelos monopólios ianques». Esta — a verdadeira ameaça à soberania nacional, à liberdade e à vida em paz de nossos povos. Eis porque as fôrças democráticas e patrióticas unem-se, concertam sua ação comum, na Argentina, no Brasil, no Uruguai e em outros países da América Latina, contra essa reunião e seu caráter antidemocrático e antinacional. As manifestações dos estudantes, em Buenos Aires e em nosso país, assim como dos setores democráticos de vários partidos, marcaram, desde o início, a consciência dêsse perigo e o espírito de resistência das massas populares. A conferência terminou seus trabalhos com a definição de medidas concretas de caráter militar-naval. Cabe, agora, à luta unida dos povos da América, impedir, pela ação de massas a sua aplicação, levar a anular decisões e «ajustes» contrários ao interêsse nacional. Nesse sentido, uma responsabilidade particular recai sôbre nós, brasileiros — pois a Conferência do Atlântico-sul é, em essência, neste momento, uma decorrência da entrega aos militaristas ianques, pelo govêrno Kubitschek, da ilha brasileira de Fernando de Noronha. Com êsse «ajuste», o govêrno incluiu a América do Sul no campo de ação de uma futura guerra termonuclear. E' desenvolvendo mais e mais os movimentos de massas, unindo e organizando as fôrças patrióticas — que nosso povo se porá à altura dessas novas responsabilidades. Particularmente a nós, comunistas, cabe-nos mais que nunca, como indicam as Resoluções de nosso Comitê Central, dar a devida resposta de massas à política dos imperialistas e de seus agentes. Cabe-nos estender, ampliar, unificar as ações e movimentos patrióticos em curso, dar-lhes mais firmeza, clareza de objetivos, consequência. O Presidium do Comitê Central chama-nos ao dever imperioso de esclarecer às grandes massas de nosso povo a ligação íntima e indissolúvel entre os elos variados da cadeia de ações dos imperialistas: o «ajuste» antiancional de Fernando de Noronha, a conferência guerreira do Atlântico-sul, a ofensiva contra a Petrobrás e os novos assaltos à liberdades democráticas e à Constituição, à unidade dos patriotas, às conquistas da política nacionalista em nosso país.

O mundo dos imperialistas diminui — e isso torna mais áspera e acesa a batalha das reservas, a luta pelas fontes mais ricas de matérias primas. Daí, o sincronismo entre os pactos militares, a cobiça dos trustes e o assalto, às riquezas nacionais. Não é sem razão que, com a entrega de Fernando de Noronha, as fôrças do entreguismo, pressionando sôbre o govêrno, se sentem com fôrças para golpear o monopólio estatal do petróleo, em Capuava e nas concessões brasileiras em território boliviano. E que, para atentar contra a defesa nacional e nossa soberania, as fôrças de reação interna exigem novas e novas medidas contra as organizações democráticas.

Como diz a Nota do Presidium do Comitê Central, «somente a ação unida das fôrças patrióticas e democráticas poderá salvaguardar a paz e a soberania nacional, anular o acôrdo que cedeu Fernando de Noronha aos imperialistas norte-americanos e impedir a inclusão do Brasil» na aplicação prática das medidas decididas na conferência do Atlântico-sul. Mais que nunca, o lugar dos comunistas é junto às massas. O movimento de massas, a unidade de ação decidirão, mais uma vez, o combate, em favor das fôrças patrióticas, da democracia e da paz.

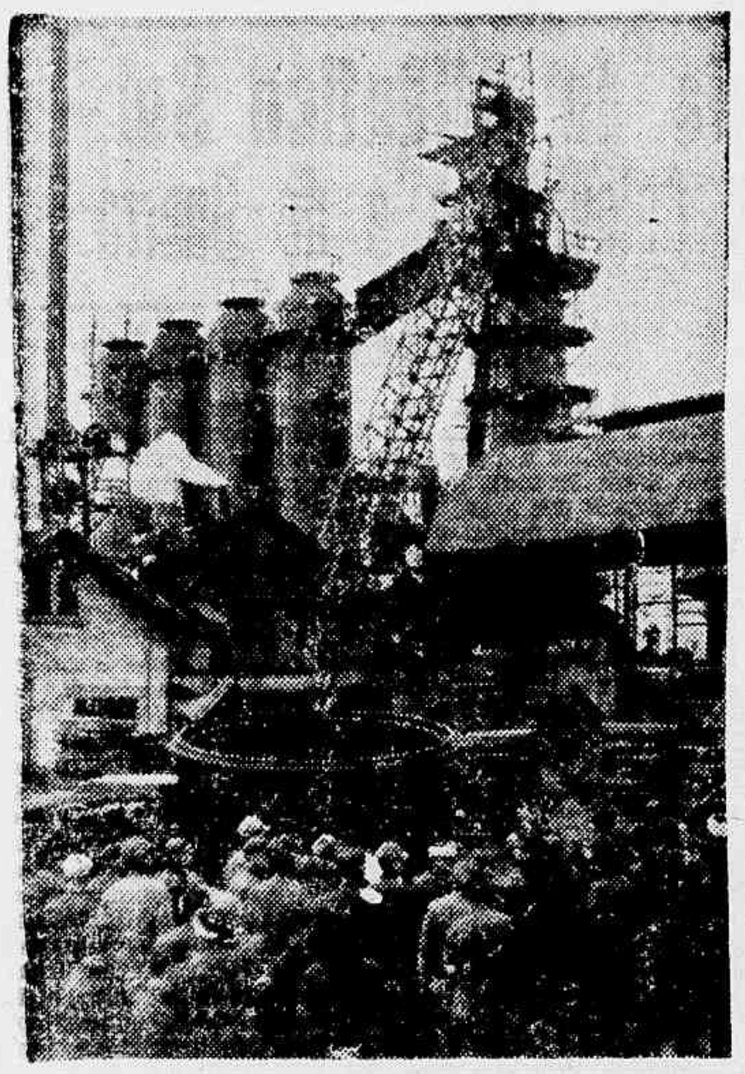
Sôbre a Campanha de Retificação Do Estilo de Trabalho na China

IMPORTANTE EDITORIAL DO JE-MIN-JI-PÃO

O jornal Je Min Ji-pao, em editorial de 1 de maio, trata da Campanha de Retificação do Estilo de Trabalho. Apresentamos, a seguir, um resumo daquele importante artigo, divulgado pela Agência de Notícias Nova China.

"A campanha para retificar o estilo de trabalho ensinará todos os membros do Partido a tratar corretamente as contradições dentro das fileiras do povo. A Diretiva do Comitê Central do Partido Comunista, de 27 de abril, leva à prática a resolução do VIII Congresso do Partido. Assinalava esta que, com a vitória decisiva da transformação socialista, a contradição entre o proletariado e a burguesia, em nosso país, havia sido bàsicamente resolvida e a história do sistema da exploração de classe, que durara milhares de anos, estava, no seu conjunto, encerrada. Por isso mesmo a contradição principal em nosso país não é mais a que opõe as classes antagônicas. A contradição principal agora é aquela entre as exigências do povo de construção de um país industrial avançado e as realidades de um atrasado país agrícola, entre as necessidades do povo de um desenvolvimento econômico e cultural rápido e a incapacidade de nossa economia e cultura atuais de satisfazer aquela necessidade. O Partido enfrenta, assim, uma situação e uma tarefa completamente nova, na sua história e na do país.

O objetivo da presente campanha para retificar o estilo de trabalho é ensinar todo o partido como abordar corretamente as contradições nas fileiras do povo, de modo a concluir satisfatòriamente a grande tarefa de desenvolver a construção socialista e construir um estado socialista.



A campanha de retificação do estilo de trabalho intensificará a construção do socialismo na nova China.

O tratamento correto das contradições dentro das fileiras do povo não constitui uma questão que tenha surgido sòmente agora. O movimento internacional da revolução proletária, desde o seu inicio, seguiu um curso de busca da unidade das fileiras do próprio proletariado e da sua unidade com os camponeses e intelectuais, curso durante o qual vem sendo abordadas as contradições nas fileiras do povo.

As teorias de Marx, Engels, Lênin e outros autores de obras clássicas marxistas sôbre a unidade e a solidariedade internacional do proletariado, a aliança operário-camponesa, a ditadura do proletariado, a democracia socialista, a luta contra a burocracia nos estados socialistas e outras questões, são nossos guias fundamentais no tratamento presente das contradições nas fileiras do povo.

Já durante o período da guerra de resistência à agressão japonesa, propunha o camarada Mao Tse-tung ao partido, aos operários e oficiais do govêrno e aos homens do Exército de Libertação um "slogan" popular: "Métodos brandos entre nós; métodos duros para o inimigo". Em 1949, quando triunfou a revolução chinesa, o camarada Mao Tse-tung assinalou claramente em "Sôbre a Ditadura Democrática do Povo" que "êstes dois aspectos, democracia para o povo e ditadura para os reacionários, quando combinados, constituem a ditadura democrática do povo". Acentuou, ainda, em seu livro, a necessidade de adotar o método de persuasão, e não o de coação, nas fileiras do povo.

Imbuído do mesmo espírito está o discurso do camarada Mao Tse-tung pronunciado em fevereiro dêste ano perante a Suprema Conferência de Estado. Agora que a revolução socialista obteve sucessos fundamentais é de grande significação histórica desenvolver e elaborar tais indicações e conduzir neste sentido um trabalho educacional em grande escala, dentro do partido e entre todo o povo.

Na vida política em conjunto, dentro da China, as contradições nas fileiras do povo passaram a ser as fundamentais, embora existam ainda remanescentes da contra-revolução e conseqüentemente contradições entre o inimigo e nós mesmos, o que seria extremamente perigoso ignorar. Isto não significa, é claro, que as contradições nas fileiras do povo tenham agora se tornado mais agudas. O socialismo está apenas começando a manifestar a sua poderosa vitalidade. Muitas contradições dentro das fileiras do povo, que decorrem do sistema de exploração e da propriedade privada dos meios de produção, estão agora sendo eliminadas. A unidade do povo está crescendo e se tornando grandemente consolidada. Mas a história se processa, em todos os tempos, através de contradições. Embora a vida social, em nosso país, tenha seguido o caminho do socialismo, nem por isso pode estar livre de contradições. De um lado, no curso da presente reorganização da vida social em seu conjunto, a burguesia e a pequena burguesia e sua intelectualidade não são ainda capazes de adaptar-se às novas circunstâncias. Precisam ainda de um longo tempo para conduzir a sua própria re-educação. De outro lado, a classe operária e o Partido Comunista — o partido político da classe operária — e o Govêrno do Povo, com o Partido Comunista como seu centro, carecem ainda de experiência na direção da construção socialista e é ainda inevitável que cometam erros de uma ou outra natureza. Nós assinalamos, em nosso artigo "Novamente Sôbre a Experiência Histórica do Proletariado", que mesmo onde o sistema básico corresponde às necessidades existem ainda certas contradições, no grau de mudanças quantitativas, entre as relações de produção e as fôrças produtivas, entre a superestrutura e a base econômica, que devem ser em tempo reajustadas. E mais ainda, uma vez adotado o sistema adequado é ainda necessário usá-lo corretamente, empregar a política, os métodos e o estilo de trabalho corretos. Isso se manifestará em forma de contradições de vários tipos, dentro das fileiras do povo, e particularmente como contradições entre a direção e as massas.

Há duas atitudes diferentes face a esta situação e ao desenvolvimento das contradições nas fileiras do povo na sociedade socialista. Uma é a cega, inadvertida e rígida atitude que significa, em outras palavras, manter um ponto de vista unilateral ao dar ênfase à unidade e unanimidade dentro da sociedade socialista, assim como à correção e autoridade da direção, enquanto nega ou não dá atenção às contradições nas fileiras do povo, que existem objetivamente e aos erros e defeitos do trabalho de direção. A outra é uma atitude prevenida, analítica e auto-crítica. Consiste em ver a unidade e a unanimidade embora reconhecendo as contradições nas fileiras do povo na sociedade socialista. Afirmando, embora as realizações do trabalho de direção e a necessidade de centra

(Conclui na 10ª Página)

A QUEDA DO TIRANO ROJAS PINILLA, PRIMEIRO PASSO NO CAMINHO DEMOCRÁTICO

PROCLAMAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA COLÔMBIA

Sob o título «Unidos pelas liberdades democráticas», o Comitê Executivo Central do Partido Comunista da Colômbia lançou uma proclamação, datada de 13 de maio último, cujo texto é o seguinte:

«Nas gloriosas jornadas de maio foi derrubado o ditador Rojas Pinilla por um grande Movimento de Protesto, que começou com a valorosa greve dos estudantes, com uma Paralisação Nacional. A queda do tirano representa um êxito muito importante das fôrças nacionais e democráticas que atuaram de fato em poderosa frente única. Entretanto, apenas foi dado o primeiro passo no caminho da recuperação democrática. Isso porque é necessário levar em conta que Rojas Pinilla em pessoa nomeou a Junta Militar que haveria de substituí-lo e que o monstruoso aparelho de repressão da ditadura ainda está intacto. Por isso mesmo, constitui um dever que as fôrças da frente única mantenham e consolidem a sua patriótica aliança para impor as liberdades públicas, a cessação da violência oficial e a pronta convocação de eleições populares.

As jornadas de maio constituíram um movimento sem precedentes em nossa história. O povo teve de combater em alguns lugares e foi vertido, pelas armas oficiais, o sangue de novos mártires da causa democrática em Cali, Medellin, Manizales, Bogotá e outros lugares. Mas a Greve Estudantil e a Paralisação Nacional foram as armas do povo para derrubar o tirano. O movimento, iniciado pelos estudantes em protesto contra as violências da Ditadura e levado avante com valor e firmeza exemplares, estimulou todo o povo colombiano. A seguir os industriais, banqueiros e comerciantes se uniram à paralisação para protestar contra a corrupção administrativa e os excessivos impostos. E' que se havia chegado a uma situação tal que sob a Ditadura Militarista de Rojas Pinilla a burguesia nacional tinha passado a ser um setor oprimido, como o foram desde o início os operários, camponeses e estudantes. Até o clero católico participou finalmente da luta contra a ditadura, com exceção de alguns hierarcas ultra-reacionários.

Os operários e camponeses participaram unidos neste movimento nacional de protesto. Os camponeses em muitas regiões mantêm há anos a heróica resistência contra a Ditadura. Os operários, violentamente reprimidos há muito tempo e privados de suas liberdades sindicais, fizeram fracassar tôdas as manobras da Ditadura para atrair as massas em iniciativas tais como o «MAN» e a «Terceira Fôrça». A classe operária não se deixou enganar pela Ditadura, apesar de suas adulações de última hora e da demagogia do tirano contra as oligarquias. Por isso, a classe operária tem plena autoridade para reclamar as suas liberdades sindicais, suas reivindicações econômicas e sociais e para eleger livremente seus dirigentes.

O Partido Comunista participou ativamente dêste movimento e contribuiu, com grande sentido patriótico, para forjar a frente nacional contra a Ditadura. Os comunistas foram os mais consequentes lutadores contra a tirania e o alvo principal da perseguição de Rojas Pinilla, que se declarou «campeão do anticomunismo», bandeira atrás da qual realizou inúmeros crimes e roubos contra o povo e serviu aos interêsses do imperialismo ianque.

O movimento democrático obteve um primeiro êxito ao impor a queda de Rojas Pinilla. Nada obstante, é justa a inconformidade de alguns setores democráticos pela forma como Lleras Camargo e Valência negociaram o levantamento da paralisação nacional, em troca de concessões importantes, mas insuficientes para um movimento de semelhante magnitude. Não é, entretanto, correto falar de uma suposta traição de Lleras e Valência, eis que êles representam os interêsses da burguesia, a qual, ainda que se tenha pôsto em pé contra a Ditadura e aspire a implantar um Estado de Direito, teme a participação beligerante do povo nos destinos da Nação.

A queda de Rojas Pinilla significa um grande passo à frente para tôdas as fôrças democráticas e nacionais, especialmente pelo fato de que o tirano caiu ante o impulso de um movimento nacional de protesto e não devido a um golpe de Estado. O 10 de maio de 1957 é completamente diferente do 13 de junho de 1953 porque o 10 de maio é o princípio da desintegração da ditadura militar.

E' verdade que o poder continua nas mãos de uma Junta Militar e que todo o aparelho de repressão da Ditadura permanece intacto. Mas o povo colombiano ganhou confiança em suas próprias fôrças e possibilidades. Os colombianos temos agora a consciência clara de que somos capazes de impor grandes mudanças sempre que lutemos unidos. A Junta Militar teve que fazer concessões em matéria de liberdade de imprensa e na nomeação do Gabinete Ministerial, importante não só por seu caráter misto mas também porque a burguesia nacional tem nêle destacados representantes. A questão que se apresenta é que o gabinete civil responda aos objetivos do movimento de maio, o que exige a vigilância e a ação de tôdas as fôrças democráticas porque os Ministros são de livre nomeação e remoção da Junta Militar.

Existem, entretanto, graves perigos para a causa da recuperação democrática. A Junta Militar foi nomeada pelo próprio Rojas Pinilla com o propósito declarado de manter o poder com as fôrças armadas. A «Constituinte» foi suspensa só transitòriamente em suas reuniões. A dissolução imediata desta chamada «Constituinte» tem que ser imposta por tôdas as fôrças da sociedade colombiana, que a repudiaram com energia. A Junta Militar não demonstra a menor intenção de levantar o Estado de Sítio e alguns elementos podem pretender prolongá-lo indefinidamente, sob diversos pretextos, especialmente por meio da violência oficial contra os camponeses.

Tôdas as fôrças que em grandiosa frente única tornaram possível a queda de Rojas Pinilla não se podem conformar sòmente com isso. E' necessário que continuem firmemente sua luta até impor os seguintes objetivos:

Liberdades Democráticas Efetivas;

Levantamento do Estado de Sítio;

Liberdade para os presos políticos;

Cessação da violência oficial no campo e ajuda aos camponeses exilados para que recuperem suas terras;

Plenas liberdades sindicais e melhores condições de vida e de trabalho para a classe operária;

Dissolução da «Assembléia Constituinte»;

Eleições populares para Presidente da República;

Eleições populares para o Congresso Nacional, Assembléias Departamentais e Conselhos Municipais no presente ano;

Derrogação de todos os decretos repressivos da Ditadura.»

Anulada a Autorização à Refinaria Capuava

Foi assinado ato do Poder Executivo, revogando a escandalosa portaria entreguista do Conselho Nacional de Petróleo, que autorizava a Refinaria União S.A. (Capuava, grupo W. Moreira Sales-Rockfeler) a aumentar sua produção de 20 mil para 30 mil barris diários, com ampliação de suas instalações.

VITÓRIA DO MOVIMENTO PATRIÓTICO CONTRA A MANOBRA DO GRUPO ROCKFELER — INTEGRA DO DECRETO REGULAMENTANDO A LEI DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

REPERCUSSÃO NA CÂMARA

Na Câmara dos Deputados a assinatura do decreto de intervenção do Estado nas refinarias privadas foi saudada pelos deputados Sérgio Magalhães e Seixas Dória, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, como vitória do movimento de opinião que empolgou o país em defesa do monopólio estatal do petróleo e da sobrevivência da Petrobrás.

RECUO DO GOVÊRNO

A revogação da impatriótica portaria do CNP, cedendo às exigências do grupo Capuava, testa-de-ferro dos interêsses monopolistas do grupo Rockfeler (Gulf-Esso-Standard), com violação frontal da Lei 2.004 e pondo em perigo a Petrobrás, ergueu em todo o país poderosa campanha das fôrças nacionalistas, reclamando da emprêsa estatal que cumprisse o seu dever, recorrendo do ato de acôrdo com suas prerrogativas legais, e exigindo do govêrno a imediata revogação do ato do órgão que em seu nome orienta e dirige a política petrolífera, baseada na lei do monopólio estatal.

Foi sob a patriótica pressão das fôrças nacionalistas que o coronel Janary Nunes, na conferência pronunciada a convite do C.A.C.O., anunciou a deliberação que tomava naquele momento, de aguardar até ao dia 5 de junho o pronunciamento do govêrno sôbre o ato do CNP e, caso não houvesse êsse pronunciamento solicitar do Conselho da Petrobrás a apresentação de recurso ao Presidente da República, de acôrdo com a faculdade que lhe confere a Lei n. 2 004.

Na véspera da expiração do prazo fixado pelo presidente da Petrobrás, o Conselho da emprêsa tinha concluído o recurso a ser encaminhado ao sr. Juscelino Kubitschek. Ciente disso o sr. Victor Nunes Leal foi ao encontro de JK, em Belo Horizonte, anunciar a iminência da providência da Petrobrás contra o ato entreguista do CNP. Entre a alternativa de desmoralização de ter que receber recurso contra ato praticado em seu próprio nome, como Chefe do Poder Executivo, ou antecipar-se ao mesmo, revogando através de decreto-lei a autorização ilegal e entreguista dada à Capuava, o Sr. Kubitschek, pressionado por todos os lados, dentro do Congresso Nacional pelas correntes nacionalistas de todos os partidos, e fora pelo clamor dos patriotas, escolheu a segunda solução.

O DECRETO

À base das sugestões e do parecer do Consultor Geral da República, sr. Antônio Gonçalves de Oliveira, o Presidente da República assinou o decreto, regulamentando os dispositivos legais relativos ao aproveitamento da maior capacidade de produção das refinarias particulares de petróleo.

O decreto é precedido das seguintes considerações: A Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, nos artigos 43 e 44, exclui do monopólio nela estabelecido as refinarias que já se encontravam em funcionamento no país e manteve as autorizações, dadas até 30 de junho de 1952, para a instalação e exploração de refinarias; a citada Lei, no artigo 45, não permite a ampliação da capacidade das mesmas refinarias; nos têrmos da legislação vigente à época das autorizações, a capacidade de refinação é a mencionada nos respectivos títulos; as atuais instalações dessas refinarias possibilitam, conforme ficou evidenciado, a refinação de óleo cru em quantidade maior do que a fixada no título de autorização; o excedente da capacidade autorizada deve reverter ao monopólio instituído no artigo 1.º da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, exercido pelo Conselho Nacional do Petróleo e pela Petrobrás; o excesso de refinação consulta à economia do país, mas seria prejudicial aos interêsses da União, dos Estados e Municípios e demais acionistas da Petrobrás, se fôsse permitido em detrimento de

É o seguinte o texto do decreto:

«Art. 1º — A capacidade das refinarias de petróleo em funcionamento no país, na forma dos arts. 43 e 44 da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, é a mencionada nos respectivos títulos de autorização, expedidos pelo Conselho Nacional do Petróleo, até 30 de junho de 1952, nos têrmos dos arts. 22 e 23 do Decreto n. 4.071, de 12 de maio de 1939.

Art. 2º — Não será dada autorização às refinarias para ampliação de sua capacidade, definida no artigo anterior.

§ Único — Se as atuais instalações possibilitarem operação acima da quantidade fixada no título de autorização o Conselho Nacional do Petróleo, no interêsse do abastecimento nacional, poderá determinar ou autorizar a refinação do óleo cru, além daquele limite, mas em benefício do monopólio da União por conta da Petrobrás e suas subsidiárias.

Art. 3º — O Conselho Nacional do Petróleo, no caso do parágrafo Único do artigo anterior, estabelecerá os critérios da justa remuneração da vida pelo uso das instalações e pela prestação dos serviços e promoverá acordos entre a Petrobrás e as emprêsas permissionárias.

Art. 4º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mataripe prossegue o seu trabalho defendida, com a Petrobrás, pelo invencível movimento patriótico.

Notícias do Movimento Patriótico

SÃO PAULO

*** No ponto final do Bonde Fábrica, realisou-se no dia 1º de junho um comício contra a entrega de Fernando de Noronha. Dessa manifestação participou a Associação Cultural em Defesa da Paz «Grito do Ipiranga», que hipotecou apoio à Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha. Falaram, entre outros oradores, os deputados estaduais Wilson Rahal e Rocha Mendes e os vereadores Francisco Batista e Freitas Nobre, além de vários líderes sindicais.**

* Em Vila Matilde, o professor Enio Sandoval pronunciou uma conferência sôbre o Ajuste de Fernando de Noronha, no dia 2 de junho, na sede do Diretório do Partido Republicano, perante numerosa assistência.

Nessa reunião, foi assinada por todos os presentes e encaminhada ao General Lott, mensagem solicitando sua intercessão no sentido de ser revogado aquêle ato atentatório à nossa soberania. Uma importante resolução aprovada nessa ocasião foi a constituição de uma comissão local contra o «ajuste», que foi formada imediatamente. Essa comissão já fixou duas reuniões mensais, na primeira e terceira quartas-feiras do mês.

*** No município de São Caetano do Sul, os operários da Raion Matarazzo enviaram um memorial contendo 102 assinaturas, ao presidente da Câmara Federal, contra o «ajuste» de Fernando de Noronha. Nesse documento, afirmam os trabalhadores que é indispensável que o Parlamento examine o assunto. Inúmeros outros abaixo assinados estão sendo distribuídos entre os moradores de São Caetano, sôbre o mesmo assunto.**

*** Uma conferência sôbre o acôrdo de Fernando de Noronha foi proferida pelo deputado federal Dagoberto Sales na cidade de Palmital, no dia 2 de junho.**

*** Grande comício contra a entrega de Fernando de Noronha realizou-se em São João da Boa Vista, no dia 1º de junho. Falaram na ocasião os deputados federais Dagoberto Sales, Abguar Bastos, Campos Vergal e Frota Moreira, o prefeito da cidade — Miguel Jorge Nicolau, o representante da delegação de Poços de Caldas — Sr. Sebastião Trindade, a jovem tecelã Maria José Teixeira da Silva e o jornalista Georges Cabral.**

DISTRITO FEDERAL

* Na Escola de Administração Pública, o desembargador Osny Duarte Pereira realizou uma conferência no dia 2 de junho em tôrno da entrega de Fernando de Noronha. Representando o cel. Janari Nunes, presidente da Petrobrás, falou o Dr. Nassif, solidarizando-se com as palavras do conferencista, em defesa daquela emprêsa estatal.

* Em reunião realizada na sede da União Nacional dos Estudantes, no dia 3 de junho, propôs a Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha envidar esforços para que seja criada a Confederação dos Movimentos Nacionalistas brasileiros. Nesse sentido, deverá dirigir-se às organizações já existentes em Pernambuco, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, bem como a Frente Parlamentar Nacionalista, aos diretórios acadêmicos, à UNE, UME, aos sindicatos operários e intelectuais, convidando-os a comparecer às reuniões que ali serão realizadas, duas vêzes por semana.

Uma grande Convenção Nacionalista deverá ser convocada, com a participação de todos os grupos e correntes nacionais, a fim de que seja criada a Confederação Nacionalista.

Deverão reunir-se conjuntamente a Comissão Nacional contra o Ajuste e a Frente Parlamentar Nacionalista, para decidirem sôbre as medidas a tomar, no sentido de impulsionar a campanha nacional contra a entrega de Fernando de Noronha e em defesa de uma nova política externa para o Brasil.

* Na «Semana da Pátria» deverão ser plantadas no D. Federal 1.500 tôrres de petróleo, de acôrdo com a Resolução tomada em reunião que contou com a presença de representantes do Movimento Nacionalista de Minas Gerais, da Escola Nacional de Administração, do CACO (Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito), de líderes sindicais e da Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha.

ESTADO DO RIO

* Durante a realização de um concorrido ato público, foi criada na cidade de Nova Iguaçu a Frente Nacionalista Iguaçuana, organização patriótica que se dispõe a lutar pela soberania nacional contra a entrega de nossos minérios e em defesa da Petrobrás.

Compareceram à reunião o deputado estadual Geraldo Reis, os vereadores Afonso Celso, de Niterói e Gerson Schemixard e Nilo Teixeira, de Nova Iguaçu, além de outras personalidades do município. Foi aprovada a proposta de realizar no próximo dia 14 de julho um grande comício, na Praça da Liberdade.

QUEREMOS QUE FERNANDO DE NORONHA DEIXE DE SER BASE DE TELEGUIADOS

A Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha acaba de lançar um importante documento, assinado pelo senador Domingos Velasco, seu presidente, com a finalidade de colhêr adesões de entidades ou personalidades, bem como de participantes de reuniões, atos cívicos, assembléias sindicais e estudantis, contra o Ajuste de Fernando de Noronha e a anunciada ocupação de outros pontos do território nacional.

Transcrevemos abaixo o apêlo, que deverá receber a assinatura e apoio de todos os patriotas, será sem dúvida um importante instrumento de trabalho para todos os que unem os seus esforços e a sua ação na grande campanha nacional pela anulação do Ajuste de Fernando de Noronha.

Nós, abaixo assinados, condenamos o AJUSTE DE FERNANDO DE NORONHA e a anunciada ocupação de outros pontos do Norte e Nordeste do Brasil por uma potência estrangeira, como um atentado à soberania da Pátria, um entrave ao desenvolvimento independente de nossa economia e um risco permanente para a segurança e a vida do povo brasileiro. O ajuste inconstitucional, que tranforma uma parte do nosso território em base de projetis teleguiados, representa a integração do Brasil em possível área de guerra atômica, com grave sacrifício para a solução dos agudos problemas que afligem nosso povo.

Não queremos que o Brasil seja envolvido na corrida armamentista atômica, que é por nós condenada até em suas experimentações, e estamos convencidos de que a energia nuclear não deve ser usada para destruir e matar.

Que se ativem os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre a política externa de nosso país, e que seja ouvido o Congresso Nacional a fim de que se efetive a anulação dêsse ajuste antibrasileiro.

Queremos que FERNANDO DE NORONHA deixe de ser base de teleguiados, em nome do respeito à nossa soberania e da vocação pacifista de nosso povo.

Rio de Janeiro, maio de 1957.

a) Senador DOMINGOS VELASCO

OS VERDADEIROS PRODUTORES DEVEM PARTICIPAR DA CHAMADA "MARCHA DA PRODUÇÃO"

PROMOVIDA PELOS GRANDES FAZENDEIROS, PRINCIPALMENTE CAFEICULTORES, VISA A ALTERAÇÃO DO SISTEMA CAMBIAL — A MARCHA DEVE SER DOS VERDADEIROS PRODUTORES, OS CAMPONESES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS EM DEFESA DAS SUAS PRÓPRIAS REIVINDICAÇÕES

REUNIDOS na cidade paulista de Marília, cafeicultores de São Paulo, Paraná e Minas, decidiram marcar para o próximo dia 18 de junho a chamada «Marcha da Produção» para o Rio de Janeiro, em direção ao Catete, a fim de exigir do govêrno federal a alteração imediata do sistema cambial.

Em tôrno dessa «marcha», intensa movimentação se tem feito pela imprensa de todo o país, nestas últimas semanas. As associações rurais dos vários Estados, a Confederação Rural Brasileira, promovem constantes reuniões, em que novas medidas são acertadas, em defesa dos interêsses dos grandes lavradores. Todo um esquema foi aprovado em Marília, semelhante a uma operação militar, em que os mínimos detalhes foram cuidadosamente previstos.

Colunas de camionetas, jipes, caminhões, se deslocarão de São Paulo, Paraná e Minas, em direção ao Rio, onde se concentrarão diante do Palácio do Catete.

Marcada inicialmente para o dia 4, decidiram os lavradores transferir para 18 de junho a «marcha». Teriam assim mais tempo para ultimar tôdas as providências necessárias ao êxito de sua iniciativa.

QUEM PROMOVE A MARCHA E QUAL A SUA FINALIDADE

A «marcha da produção» é patrocinada pela FARESP (Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo) e por outras associações rurais de fazendeiros, principalmente cafeicultores ligados à Confederação Rural Brasileira.

Há oito meses atrás, numa grande concentração realizada em Bauru, surgia a idéia da «marcha». Mais tarde, em novembro do ano passado, tinha lugar na cidade paulista de São José do Rio Prêto um novo encontro, ao qual compareceram, além dos cafeicultores, mais de três milhares de colonos, trabalhadores agrícolas e pequenos produtores.

Agora, alegando que o govêrno federal não tomou qualquer medida em benefício das reivindicações que lhe foram apresentadas pela lavoura, os fazendeiros resolveram pressionar diretamente o govêrno e dar uma demonstração de fôrça, preparando o deslocamento de milhares de pessoas, das zonas de produção para a capital da República.

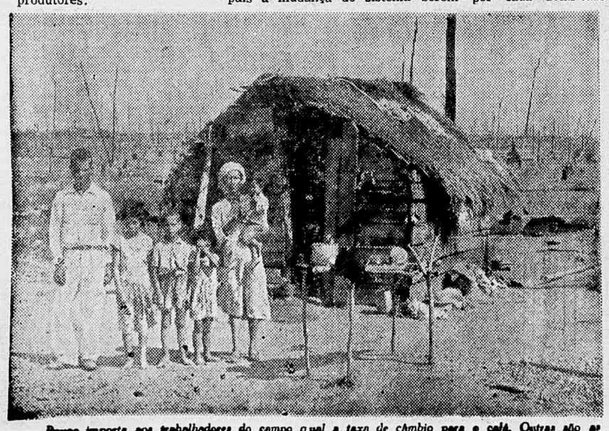
Qual o objetivo principal dessa «marcha da produção»? Abolir aquilo a que chamam o confisco cambial, encarado pelos cafeicultores como um esbulho.

Em reportagens sucessivas, publicadas no mês de novembro de 1956, VOZ OPERÁRIA explicou o que significa o «confisco» cambial e as graves conseqüências que traria para a situação financeira do país a mudança do sistema atual, como pleiteiam os fazendeiros de café.

Na lavoura de café os verdadeiros produtores trabalham na enxada, do sol n

O Que é o «Confisco Cambial»

Os grandes plantadores e exportadores de café chamam de «confisco cambial» o sistema de câmbio vigente. Por cada dólar resultante da exportação de café recebem êles do Banco do Brasil os Cr$18,72 da taxa oficial e mais bonificações, o que dá um total de cêrca de Cr$ 40,00. Ora, como o Banco do Brasil vende os dólares no leilão de divisas a vários preços, conforme a categoria, e sendo o menor (1ª categoria) acima de Cr$ 70,00, proclamam os plantadores e exportadores que sofrem verdadeiro confisco, eis que o govêrno fica com a diferença em forma de ágios.



Pouco importa aos trabalhadores do campo qual a taxa de câmbio para o café. Outras são as suas reivindicações.

(decorrente da exportação de café) o que correspondesse à taxa do dia, ou seja, sistema de livre-câmbio. Como alternativa, enquanto fôr mantido o sistema de taxas múltiplas, exigem que lhes seja pago cada dólar segundo o resultado dos leilões das divisas da 1ª categoria (de Cr$ 70,00 a Cr$ 80,00).

Não somos partidários do sistema de câmbio vigente. Em inúmeras reportagens e sucessivos comentários denunciou VOZ OPERÁRIA o chamado esquema Aranha, que serviu de base para a legislação e portarias vigentes. O fabuloso produto dos ágios constitui verdadeiro orçamento à parte, sem qualquer controle do Tribunal de Contas. O financiamento da produção (principal aplicação legal dos ágios) é feito segundo critério político e eleitoral e os verdadeiros produtores não obtêm os seus benefícios. Mas qualquer aumento da taxa do dólar-café significaria a desvalorização do cruzeiro que o café fornece a maior parte das nossas divisas. O preço do café em Nova Iorque cairia imediatamente: o Brasil receberia menos dólares, menos divisas, pela mesma quantidade de sacas exportadas. Em contrapartida subiria imediatamente o preço das divisas necessárias à nossa indústria, principalmente das mercadorias (atualmente na 1ª categoria) mais necessárias. O govêrno teria de emitir ainda mais já que desapareceria a conta dos ágios que tem servido inclusive para «financiar» os déficits orçamentários.

A industrialização sofreria sérios prejuízos

Os efeitos da alteração do sistema cambial far-se-iam sentir, imediatamente, sôbre os esforços que vêm sendo feitos, no Brasil, para a sua industrialização.

Na reunião de Marília, como nas anteriores, alguns cafeicultores chegaram a afirmar: «O govêrno nos rouba para favorecer meia dúzia de industriais». Ou então, na reunião de Piraju: «A lavoura já está cansada de carregar nos ombros êste fardo tão pesado que é a indústria brasileira, cuja sobrevivência se deve ao confisco cambial».

Trata-se, portanto, de uma posição retrógrada, que visa defender os interêsses estreitos e egoistas de uma pequena minoria de grandes exportadores, em prejuízo dos interêsses nacionais. O movimento, em última análise, reflete e encarna a contradição entre os grandes latifundiários e exportadores, de um lado, e a burguesia industrial de outro lado.

Os Trabalhadores do café têm outros interêsses

Para os colonos e assalariados agrícolas, as exigências dos seus patrões não trariam qualquer benefício. Ao contrário do que têm alegado os cafeicultores — que, por culpa do «confisco» não podem pagar-lhes melhores salários — a alteração cambial só viria beneficiar os grandes exportadores do café.

Acenando com a possibilidade de aumento de salários, os fazendeiros procuram atrair os colonos e trabalhadores agrícolas para a «marcha da produção» que se prepara. Querem utilizar assim o apoio dos trabalhadores do campo para seus interêsses egoístas. Mas já não é tão fácil enganar os verdadeiros produtores da riqueza nacional — os trabalhadores. Na grande concentração de São José do Rio Prêto, por exemplo, compareceram mais de três mil colonos de café — mas ali foram carregando numerosas faixas reclamando o pagamento do salário-mínimo, o pagamento de férias anuais e outras reivindicações. Também agora, na reunião de Marília, foi grande o número de colonos que compareceu. Mas ficaram indiferentes à grita dos grandes fazendeiros e trataram de defender as suas próprias reivindicações.

Dessa intensa movimentação dos cafeicultores aproveitam-se os setores mais reacionários do govêrno e da oposição, particularmente da UDN. Para concluir a «pacificação»,

Legislação trabalhista, associação sindical, reforma agrária, são as reivindicações dos que produzem o café

exigem a reforma cambial, como primeira condição. Conhecidos entreguistas, elementos conhecidos como golpistas — Carlos Lacerda, Oton Mader, Juraci Magalhães etc. — colocam-se à frente da programada «marcha da produção», a pretexto de defender a lavoura nacional e os interêsses dos trabalhadores agrícolas.

O govêrno e os fazendeiros temem a participação dos camponeses

Diante do vulto assumido pela preparação da «marcha», o govêrno foi obrigado a enviar um representante — o tenente-coronel Walter Santos, secretário do Conselho de Abastecimento e elemento de sua casa militar — para participar da reunião de Marília. De maneira hábil, procurou êle alertar aos lavradores sôbre o perigo de infiltração de agitadores, por ocasião da marcha. Na prática, o govêrno tentava impedir a realização do movimento ou a participação nêle dos verdadeiros produtores.

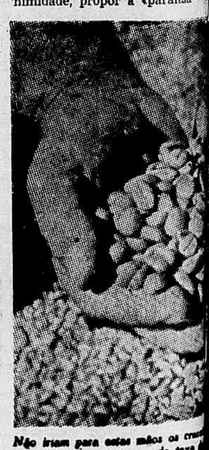
Como resultado dessa manifestação do govêrno, decidiram os cafeicultores que sua marcha da produção participarão apenas, usando as suas viaturas, os proprietários agrícolas».

Essa a maneira encontrada pelo govêrno para tentar impedir a participação dos trabalhadores, de modo independente, em defesa das suas reivindicações próprias.

Anunciou-se, inclusive, que o govêrno estaria disposto a impedir a «marcha» de qualquer maneira, recorrendo até à fôrça, alegando que era preciso tomar uma atitude «ofensiva», para evitar a subversão da ordem.

No dia 2 de junho, inesperadamente, o ministro da Fazenda anunciava a adoção de várias medidas relacionadas com a política cafeeira. O Banco do Brasil financiaria a safra de 57/58, na base de 80% dos preços de compra; o Instituto Brasileiro do Café estava autorizado a comprar grandes quantidades de café, pagando ao exportador um preço mais elevado que o atual — além de outras providências.

No entanto, as modificações introduzidas não agradaram aos cafeicultores. Numa nova concentração realizada em Piraju, nos dias 2 e 3 de junho, decidiram realizar de qualquer maneira a «marcha da produção» programada para o próximo dia 18 e, numa proposição aprovada por unanimidade, propor a «paralisa-



Não iriam para estas mãos os cru[zeiros] da [ven]da

ue resultassem do aumento -café

m massa das atividades após o término das sa- café em curso», até o govêrno «atentasse profundamente nas reivações da lavoura».

archa deve ser dos adeiros produtores

camponeses e trabalhaagrícolas participarão marcha». Não para deos interêsses dos fazenmas sim com suas reivações próprias: paga- do salário-mínimo, au- de salários, férias, di- de sindicalização, exten- ao campo da legislação lhista etc. etc.

falsa a alegação dos ca- tores de que não podem rar os salários dos co- em virtude do sistema al. Apesar dêsse siste- ão finenses os lucros al- dos pelos grandes fa- ros, pois pagam aos co- um salário muito infe- ao salário-mínimo, não oncedem nenhum dos di- assegurados na legisla- rabalhista. A situação séria em que se encon- as grandes massas cam- as de nosso país é por s conhecida.

camponeses e trabalha- agrícolas devem mobili- portanto, nos seus sin- s e associações rurais, participar da «marcha» amada para 18 de junho e qualquer outra mani- ção que decidam fazer os ultores, mas em defesa as próprias reivindica- Devem impedir que manifestação de protes- transforme numa sim- manobra dos latifundiá- para obter vantagens, ulando com o drama dos deiros produtores.

objetivo dos trabalhado- a marcha para o Catete, eve ser a reforma cam- mas sim:

estender a legislação tra- sta ao campo; férias; mento do salário-mínimo sindicalização rural etc.

grande bandeira a ser uzida pelos trabalhadores olas deverá ser a da re- a agrária, medida capaz rrancar da miséria e da milhões de brasileiros.

A Tragédia de Lidice Deve Servir De Estímulo à Luta Pela Paz

A 10 DE JUNHO DE 1942, OS NAZISTAS ARRASAVAM A PACÍFICA ALDEIA TCHECA — HOJE EXISTE UMA LÍDICE, ONDE A VIDA FLORESCE, RADIOSA E BELA — ROSAS DE TODO O MUNDO DESABROCHAM NO CHÃO ARRASADO — QUE A LEMBRANÇA DA TRAGÉDIA DE LÍDICE SEJA UM INCENTIVO À LUTA PELA PAZ E CONTRA O RESSURGIMENTO DO FASCISMO

A 10 DE JUNHO DE 1957 terão passado quinze anos desde o massacre de Lídice. Associando-se às manifestações que se verificarão em todos os países do mundo, por parte das fôrças democráticas, em memória dos mártires da pequena aldeia tcheca, VOZ OPERÁRIA dedica uma página da presente edição aos acontecimentos de Lídice.

Que o horror provocado pela monstruosidade nazista sirva de aviso aos homens que amam a paz, para que se mantenham alerta contra a ameaça de novas guerras de destruição e do ressurgimento do fascismo.

Desenvolve-se hoje, em todo o mundo, uma ampla campanha em favor da cessação das experiências com armas nucleares e do desarmamento geral. Tôdas as possibilidades existem de assegurar um longo período de coexistência pacífica entre todos os povos. Ninguém deseja uma nova guerra, com todos os horrores que ela acarreta, a não ser um pequeno punhado de grandes monopolistas, que visam obter lucros gigantescos, à

Tôda a aldeia ardeu incendiada pelos monstros nazistas

custa do sangue e do sacrifício de milhões de sêres humanos, da destruição em massa de populações civis indefesas e do patrimônio cultural criado pelo trabalho de inúmeras gerações.

Que a lembrança de Lídice esteja sempre presente no coração e na consciência dos homens, para que suas fôrças se multipliquem e sejam capazes de impedir uma nova catástrofe mundial.

"LÍDICE VIVERÁ OUTRA VEZ"

Até 10 de junho de 1942, existia na Tchecoslováquia uma pequena aldeia, denominada Lídice. Ali trabalhavam seus habitantes, submetidos à dominação cruel dos invasores nazistas, enquanto prosseguia a guerra imperialista, sacrificando milhões de homens, destruindo milhares de cidades e aldeias.

Naquele dia, há quinze anos passados, os nazistas alemães puseram em prática uma resolução terrível: riscar do mapa uma aldeia, eliminar todo sinal de vida do local onde ela existia, amaldiçoar a terra para que ali a vida jamais ressurgisse. Seria essa a represália, decidiam os assassinos, contra a tentativa de morte praticada contra Himmler, o seu odioso chefe da Gestapo.

E assim, a aldeia tcheca de Lídice foi a escolhida — todos os homens que ainda se encontravam no local foram mortos; as mulheres, foram transportadas para campos de concentração. As crianças foram assassinadas em câmaras de gás ou então enviadas para serem «educadas» em escolas especiais de preparação de futuros nazistas.

De dentro das adegas e dos porões onde haviam sido trancafiados, os homens foram conduzidos à fôrça para serem encostados nas paredes das fazendas, diante dos pelotões de fuzilamento.

A aldeia de Lídice foi totalmente arrasada. Nem mesmo os cães escaparam com vida. Até mesmo o curso de um riacho, que banhava a aldeia, foi desviado para que não ressurgisse a vida naquele local.

A tragédia de Lídice chocou a consciência de tôdas as pessoas honestas do mundo inteiro. Com o nome — Lídice — nos lábios, os combatentes partiam para as frentes de batalha, na luta contra o fascismo.

Mas a resposta a essa barbaridade nazista não se fêz esperar. Começaram a surgir por todos os países do mundo, novas Lídices — eram novas cidades e aldeias que tomavam o seu nome, numa homenagem comovida à luta contra o fascismo e a guerra, em defesa da paz e do entendimento entre os povos. Dos lugares mais distantes, de todos os continentes, chegavam notícias de que uma nova Lídice existia.

Hoje, o slogan dos mineiros britânicos — «Lídice viverá outra vez!» tornou-se realidade. No mesmo lugar onde existiu até 10 de junho de 1942 a aldeia tcheca, ergue-se hoje uma nova Lídice. As crianças vão outra vez para as escolas, saindo de casas novas, especialmente construídas pelo govêrno democrático popular da Tchecoslováquia. As mulheres dedicam-se pacificamente ao trabalho caseiro. Os homens partem para o trabalho, tranquilos e confiantes no futuro.

No chão onde outrora existiu a Lídice antiga, desabrocham hoje no parque rosas do mundo inteiro — da União Soviética, da China, Inglaterra, França, Alemanha e muitos outros países — rosas que foram enviadas para ali pelas organizações da paz, bem como por pessoas simples, como prova de estima pelas vítimas de Lídice e como expressão do desejo de uma paz duradoura.

Mas Lídice continua a ser hoje um aviso! Não esqueçamos a sua lembrança cruel! Devemos fazer que se tornem realidade as palavras de A. Hronikova, uma das mulheres de Lídice, que afirmou na Polônia, em Cholm, local em que morreram as crianças de Lídice: «Unamos nossas fôrças para lutar pela paz, para lutar por noites pacíficas e dias ensolarados para os nossos filhos. Salvemos, pelo esfôrço comum, a vida contra a morte, a paz contra a guerra!»

Todos os homens foram fuzilados e aticados à [...]

As crianças da nova Lídice depositam flôres sôbre a fossa [...]

A nova Lídice é um símbolo de vitória sôbre o nazismo

TEORIA E PRÁTICA

UMA PÁGINA DE LÊNIN

Um passo à frente, dois passos atrás... Isso acontece tanto na vida dos indivíduos, como na história das nações e no desenvolvimento dos partidos. Seria a mais criminosa pusilanimidade duvidar, por um momento sequer, do inevitável e completo triunfo dos princípios da social-democracia revolucionária, da organização proletária e da disciplina de partido. Já conseguimos muito e devemos lutar também daqui por diante sem que o nosso ânimo decaia ante os reveses, lutar conseqüentemente, desprezando os procedimentos pequeno-burgueses de querelas próprias de círculos, preservando até a última possibilidade a união, de todos os sociais-democratas da Rússia, em um único partido criado com tantos esforços, e conseguindo, com trabalho tenaz e sistemático, que todos os membros do Partido e especialmente os operários conheçam plena e conscientemente os deveres partidários, a luta que se trava no II Congresso do Partido, tôdas as causas e peripécias da nossa divergência, tudo que tem de funesto o oportunismo, que, também no terreno da organização, do mesmo modo que no terreno do nosso programa e da nossa tática, capitula impotente ante a psicologia burguesa, adota sem crítica o ponto de vista da democracia burguesa e embota a arma da luta de classe do proletariado.

O proletariado não tem outra arma, na luta pelo poder, a não ser a organização. Desunido pelo império da concorrência anárquica reinante no mundo burguês, esmagado pelo trabalho forçado para o capital, lançado permanentemente "no abismo" da completa miséria, do embrutecimento e da degeneração, o proletariado pode tornar-se e se tornará inevitàvelmente invencível sòmente quando a sua unificação ideológica por meio dos princípios do marxismo se consolidar por meio da unidade material da organização, que funde os milhões de trabalhadores no exército da classe operária. Diante dêsse exército não resistirão nem o poder senil da autocracia russa, nem o poder caduco do capital internacional. Este exército cerrará cada vez mais estreitamente as suas fileiras, a despeito de quaisquer ziguezagues e passos atrás, a despeito das frases oportunistas dos girondinos da social-democracia contemporânea, a despeito dos fátuos elogios do atrasado espírito de círculos, a despeito dos ouropéis e do alvoroço do anarquismo intelectual.

(V. I. Lênin, "Um passo à frente, dois passos atrás", maio de 1904 — "Obras Completas", 4ª edição, Moscou, 1954, págs. 382-383. Em português: V. I. Lênin — "Obras escolhidas", Editorial Vitória, Rio, 1956, págs. 224-225).

A Fôrça e a Vitalidade do Estado Soviético

Artigo de S. TITARENKO

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é um Estado de operários e camponeses, um Estado de novo tipo, que se distingue radicalmente das organizações estatais das velhas formações social-econômicas.

Todo Estado representa determinada organização política mediante a qual exerce seu domínio uma classe da sociedade. Há muito tempo a vida refutou a absurda teoria de Estado como «órgão de contrôle» colocado acima das classes. O Estado existe enquanto existirem diferentes classes sociais. Também o Estado soviético tem um caráter de classe. Êle surgiu como a forma política da ditadura da classe operária, isto é, de um regime estatal em que o poder pertence ao povo e a direção estatal é exercida pela classe politicamente mais amadurecida e organizada da sociedade: a classe operária.

Como resultado da vitória da Revolução Socialista de Outubro, alcançou o poder na Rússia, em 1917, a classe operária, apoiada em uma sólida aliança com as amplas massas de camponeses trabalhadores. Ali se implantou a República dos Sovietes de deputados operários e camponeses, que se converteram nos órgãos plenipotenciários do poder público, no centro e nas localidades. Analisando a significação dêsse acontecimento, Lênin destaca que, pela primeira vez na História, todo o poder se acha nas mãos dos operários e dos camponeses trabalhadores, os quais criaram suas organizações de massas: os Sovietes.

Para Lênin, a enorme vantagem dos sovietes reside em que constituem uma organização de massas múltipla dos trabalhadores, a forma mais democrática do poder do Estado, que permite ao povo, de modo permanente e ao mesmo tempo decisivo, tomar parte na administração pública, na edificação de uma vida nova, socialista.

Através dos sovietes e com a ajuda dos sovietes, milhões de operários e camponeses aprenderam a administrar a coisa pública. O trabalho nos sovietes educou numerosos dirigentes, saídos dos meios operários e camponeses, que exercem a vasta função econômica e organizadora do Estado, sua política interna e externa. Os sovietes foram um poderoso instrumento nas mãos dos operários e camponeses para a realização das grandes transformações revolucionárias realizadas no país, para a construção da sociedade socialista.

Os sovietes de deputados dos trabalhadores, que nasceram e se fortaleceram na luta pelo triunfo e consolidação da ditadura da classe operária, pela construção do socialismo, constituem a base política da União Soviética.

Em quarenta anos de vida do Estado Soviético, os sovietes recolheram grande experiência de trabalho, ampliaram sensivelmente a esfera de sua atividade na direção da economia e da cultura, na defesa da legalidade socialista. Em comparação com os primeiros anos do poder soviético, ampliou-se em grande medida o âmbito da democracia socialista, uma vez que já não existem na URSS classes exploradoras, que no passado opunham uma resistência encarniçada ao novo regime. Desde 1936, como se sabe, vigora na URSS o direito de voto universal, direto e secreto, usufruído por todos os cidadãos, maiores de 18 anos, independentemente de sua origem, bens, local de residência, instrução, sexo e nacionalidade.

Pode ser eleito para o Soviete Supremo da URSS qualquer cidadão maior de 23 anos de idade; para os Sovietes Supremos das Repúblicas Federadas e Autônomas, os maiores de 21 anos e para os sovietes locais, os de 18 anos.

Compõem os órgãos do poder na URSS, representantes dos operários, camponeses e intelectuais. O atual Soviete Supremo da URSS, por exemplo, é integrado por 318 operários, 220 camponeses e os deputados restantes são intelectuais das mais diversas especialidades, que em sua imensa maioria são também de origem operária e camponesa. No ano passado, constituíam os sovietes locais (regionais, territoriais, distritais, rurais, urbanos, de povoado), 1.536.310 deputados: operários, kolkozianos de vanguarda, professores, médicos, agrônomos, engenheiros, trabalhadores do Partido e dos sovietes, homens de ciência, literatos, artistas, soldados, oficiais e chefes do Exército soviético, ou seja, representantes de tôdas as camadas da população trabalhadora. Entre os deputados eleitos em 1955, os operários ocupados na produção constituíam 13,5% nos sovietes territoriais e regionais; 27,7% nos sovietes urbanos e 25,6% nos sovietes de povoados. Os colcosianos nos sovietes territoriais e regionais constituíam 16%, nos sovietes distritais 27,4% e nos sovietes rurais 58,8%. Nos sovietes estão amplamente representadas tôdas as nacionalidades da URSS, testemunho eloquente de que a questão nacional e o problema da colaboração das nações foram resolvidos na URSS, no interêsse de todos os trabalhadores.

Conforme a prática estabelecida, que se justificou inteiramente, os candidatos a deputados se apresentam independentemente de que pertençam ou não ao Partido. O Partido Comunista, partido governante na URSS, participa das eleições em bloco único com os sem-partido. Basta dizer que, segundo dados finais de 1956, nos sovietes locais figuravam 819.698 deputados, isto é, 53,4%, que não pertenciam ao Partido. Por si sós, essas cifras refutam a alegação de que sòmente os comunistas tomam parte nos órgãos do poder público na URSS.

Em março dêste ano realizaram-se eleições ordinárias para os sovietes locais de deputados dos trabalhadores. Seus preparativos foram acompanhados de um grande ascenso político e da emulação no trabalho. O problema palpitante foi o de intensificar o trabalho dos sovietes na esfera da edificação econômica e cultural. Tratar de que os sovietes dediquem mais atenção ao cumprimento dos planos industriais e agrícolas, ao desenvolvimento dos serviços municipais e à construção de estradas, à urbanização das cidades e aldeias.

A administração pública na URSS se exerce na base do centralismo democrático. Os órgãos inferiores do poder se subordinam aos superiores. Simultaneamente, os órgãos locais podem desenvolver uma ampla iniciativa e independência, na solução de inúmeras questões. Cada soviete, no território de sua jurisdição, é o órgão do poder. Garante a ordem pública, a observância das leis, e a proteção dos direitos cívicos, dirige a administração econômica e cultural na localidade, estabelece o orçamento local.

Ultimamente, observa-se com rigor o preceito constitucional de que os deputados prestam contas periódicas de sua gestão, perante seus eleitores e o direito dêstes em destituí-los, se não justificam a confiança nêles depositada, o que demonstra o fortalecimento dos vínculos dos sovietes com as massas.

A crítica dos defeitos no trabalho dos sovietes é uma condição essencial da democracia soviética. Essa crítica, dirigida tanto aos sovietes centrais como aos sovietes locais e seus correspondentes órgãos executivos, crítica de baixo, testemunha que o povo sente-se dono de seu país e que se eleva a consciência política das massas.

Os inimigos do regime soviético propalam a tese de que êste não é democrático porque na URSS não há mais que um Partido. Mas o democratismo de um regime não se mede, afinal de contas, pelo número de partidos existentes no país, mas antes de tudo, pelos interêsses que defende o partido governante. O PCUS serve ao povo: aos operários, camponeses, aos intelectuais. Não tem outro objetivo senão trabalhar para o bem dos trabalhadores, em nome da paz e da prosperidade do país.

A fôrça e a vitalidade do Estado soviético repousa no fato de que êle goza do apoio das massas.

Perguntas e Respostas

RESPONDE IVAN RAMOS RIBEIRO

PERGUNTA:

Qual a posição dos comunistas em face do setor patriótico do govêrno?

A pergunta é de grande interêsse. Como se sabe, no estudo e nas discussões em curso atualmente no Partido sôbre a Resolução de abril do CC, «A situação política e nossas tarefas atuais», é esta uma das questões que tem merecido mais atenção de grande número de camaradas. E isso tem sua razão de ser, pois se trata de um dos problemas mais importantes e complexos na aplicação da linha política do Partido.

Os comunistas lutam historicamente por um novo poder político, cujo caráter devem definir com acêrto, e não podem, ao mesmo tempo, realizar esta luta acertadamente se não têm, a cada momento, uma posição justa e clara sôbre o poder político existente. Sem isso, com efeito, torna-se difícil a mais ampla ligação política com as massas oprimidas e sem essa ligação não se chega tão pouco à vitória final na questão do poder político.

Além disso, o poder político existente, mantendo em geral um mesmo conteúdo de classe, apresenta-se em contínua mutação, sob formas e aspectos sempre cambiantes, como resultado do próprio desenvolvimento da luta de classes. E também varia, a cada momento, em relação a êle, a posição espontânea das massas, a posição das diferentes fôrças políticas que integram a sociedade.

Não é de estranhar, assim, que em todo o processo histórico de formação do Partido, muitas vêzes tenhamos errado, com maior ou menor gravidade, em nossa conduta diante da questão fundamental do poder político, em seu duplo aspecto.

Quando tantos camaradas, preocupados com a necessidade de uma atuação justa do Partido, se interessam atualmente por essa questão, por sua acertada solução na situação política que atravessamos, isso significa uma elevação muito útil a todo o Partido, da sua sensibilidade e vigilância políticas, significa trazer à discussão pelo Partido um problema vital das grandes massas. Em segundo lugar, isso mostra que o assunto ainda não está claro para todo o Partido e que é necessário portanto continuar a estudá-lo e discuti-lo, através da mais franca e fraternal luta de opiniões, à base do cumprimento da Resolução política de abril do CC.

Esta Resolução arma, no essencial, a todo o Partido sôbre a posição que deve ter em relação ao govêrno atual e, em particular, em relação ao setor patriótico do govêrno. Ela parte, para isso, de uma caracterização dêste, mostrando que, pela forma como surgiu, «não podia deixar de apresentar algumas características diferentes das de governos anteriores». A mais importante delas é que «no seio do govêrno do sr. Kubitschek manifestaram-se duas tendências principais, a das fôrças patrióticas e a das fôrças retrógradas, contrárias às modificações progressistas na política externa e interna do país». Uma segunda característica é que, desde o início, «as fôrças reacionárias manobram para eliminar do govêrno o setor patriótico», isto é, são elas que têm tido e mantido a iniciativa, a predominância, na luta que se trava no seio do govêrno. Outra característica, ainda, é que o setor patriótico, «embora vacilante, dificulta a política de «pacificação» com as fôrças entreguistas, assim como a crescente submissão do país ao govêrno dos Estados Unidos». Finalmente, a política efetiva do govêrno, resultante dessas características, e cuja expressão mais típica é a entrega de Fernando de Noronha, é uma política que «não interessa ao nosso povo, mas tão-sòmente à minoria reacionária que, com a ajuda do imperialismo norte-americano, tudo faz para defender o regime de latifundiários e grandes capitalistas.»

Diante dessa situação concreta do poder político existente, qual a posição do Partido em relação a êle? O C. C., partindo da constatação de que «a gravidade da atual situação tende a acelerar o descontentamento popular», de que «a tendência é para o desenvolvimento das correntes patrióticas e democráticas dispostas a oferecer resistência aos entreguistas e partidários da guerra», mostra que «é preciso contribuir de maneira decisiva para a formação de um movimento de massas capaz de determinar mudanças favoráveis na correlação de fôrças políticas, de isolar a minoria reacionária em que se apoia o imperialismo norte-americano e de conseguir modificações democráticas e progressistas na política interna e externa do país». O C. C. mostra que «é possível resistir vitoriosamente à política antinacional e antipopular do govêrno do sr. Kubitschek e derrotá-la».

Nessa política de oposição, qual deve ser a conduta do Partido em relação ao setor patriótico do govêrno? A Resolução do C. C. nos diz que «criticando o êrro cometido pelo setor patriótico do govêrno, que o levou a se tornar conivente com a entrega de Fernando de Noronha, não esquecemos, porém, que estas fôrças patrióticas não desapareceram, buscam de certo modo um meio de resistir à pressão imperialista. Estamos sempre prontos a cooperar com elas e a apoiá-las a qualquer momento em que se disponham a lutar, estimulando-as sempre à ação em defesa da soberania nacional contra os ataques do imperialismo ianque».

A posição dos comunistas em face do setor patriótico do govêrno não é a de um apoio em geral, mas de um apoio concreto e não exclui, mas, ao contrário, implica na crítica às debilidades dêsse setor, numa oposição ao seu lado fraco.

A posição crítica, a luta permanente, prática, contra as vacilações e inconseqüências do setor patriótico do govêrno e dos setores burgueses patrióticos em geral é um elemento essencial da política de frente única dos comunistas.

A classe operária e seu Partido, com efeito, devem conduzir uma política de classe independente. Não têm nenhuma razão para alimentar ilusões nestes setores, para pôr-se a reboque dêles e, muito menos, para «aderir» a êles, nem tampouco para opor-se pura e simplesmente a êles. O proletariado não deve pautar a sua conduta, na arena política, pelas normas vulgares da prática política das classes dominantes. Os diferentes grupos destas, quando se aliam, apresentam-se às massas como se estivessem unidos para sempre, na mais santa paz do Senhor. Tudo os une, nada os separa... Depois, quando começam a manifestar-se as contradições que minam inevitàvelmente a sua «perfeita» unidade, procuram ocultar às massas, o maior tempo possível, as suas divergências. E se estas se aguçam, surge afinal o «estouro»: os grupos vêm a público deblaterar, cada um acusa o outro das maiores baixezas, na mais deslavada luta sem princípio, com a qual ainda uma vez procuram iludir as massas. E' assim que mantêm, através do tempo, a sua unidade e o seu domínio de classe.

A posição do proletariado como classe independente, conseqüente, revolucionária, é inteiramente diversa. Êle não tem nenhuma razão para ocultar as contradições internas de sua aliança com outras classes da sociedade. E sua atuação política para manter e fortalecer essa aliança, que lhe é necessária, é e não pode deixar de ser o jôgo consciente, concreto, com essas contradições. Êle simultâneamente apoia os seus aliados e luta com êles, realizando uma política de princípios. Assim avança, exercendo e fortalecendo sua hegemonia.

Todo o Partido precisa esforçar-se por compreender bem o conteúdo teórico e prático da Resolução do C. C. quanto à nossa posição relativamente ao setor patriótico do govêrno. Isso nos permitirá enfrentar com êxito o extremismo e o seguidismo pequeno-burgueses em nossas fileiras e, avançar com mais rapidez e melhor na formação da frente única patriótica e democrática em âmbito nacional, nos Estados e nos Municípios, tanto na cidade como no campo.

Reunidos em Congresso os Trabalhadores Fluminenses

O CONCLAVE É PATROCINADO POR TÔDAS FEDERAÇÕES E SINDICATOS DO ESTADO DO RIO — MAIS UM PASSO NO CAMINHO DA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA

NA CIDADE de Petrópolis, instalou-se anteontem o I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio, cujo encerramento será amanhã. O conclave dos trabalhadores fluminenses foi precedido de um intenso trabalho preparatório em todos os sindicatos do Estado, que debateram o temário em movimentadas assembléias, nas quais foram escolhidos os delegados junto ao Congresso.

O Conclave está sendo patrocinado pela totalidade das federações e sindicatos fluminenses, contando ainda com o apoio de autoridades, parlamentares e personalidades.

TEMÁRIO E COMISSÕES

Integram o Temário 4 itens, abrangendo os problemas e reivindicações coletivos, consubstanciados no Decálogo do Trabalhador, aprovado em reunião nacional da CNTI.

A cada um dos itens do Temário corresponde uma Comissão Técnica, de estudo das teses. São as seguintes as Comissões: ASSUNTOS SINDICAIS, abrangendo liberdade sindical, organização sindical e Fundo Sindical; PREVIDÊNCIA SOCIAL, que examinará teses e proposições relacionadas com a aposentadoria integral, financiamento imobiliário, prazo de carência, administração das autarquias previdenciárias. Seguro-desemprêgo, etc.; LEGISLAÇÃO SOCIAL, abrangendo direito de greve, Justiça Trabalhista, etc., e, finalmente, COMISSÃO ECONÔMICA SOCIAL, na qual serão estudadas as teses referentes a salários, custo de vida, desenvolvimento industrial e reforma agrária.

MAIS UM PASSO NO CAMINHO DA UNIDADE

O I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio tem uma grande importância não só para os trabalhadores fluminenses como para todos os trabalhadores, de vez que em Petrópolis se dá mais um passo no sentido da unidade da classe operária e da solução dos seus graves problemas. Depois da unidade verificada na Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, é importante assinalar que essa unidade também se verifica no Estado do Rio, onde Federações e sindicatos, em sua unanimidade se reunem para, à base do Decálogo do Trabalhador, debaterem problemas importantes como os relacionados no temário acima publicado.

Reuniões como a que realizam os trabalhadores fluminenses são tanto mais importantes, quanto sabemos que uma série de atentados contra a liberdade e os direitos dos trabalhadores estão se verificando, fatos que precisam uma resposta pronta e imediata de tôda a classe, como os atentados aos sindicatos dos têxteis do Rio, de Taubaté em São Paulo e mesmo dos têxteis de Petrópolis, cujos membros e dirigentes sofreram violências policiais, num atentado frontal à liberdade sindical.

Não temos dúvidas de que os trabalhadores fluminenses sairão dêsse Congresso mais fortalecidos porque mais unidos e coesos em defesa dos seus direitos e reivindicações.

EM SÃO PAULO:

Mais um Atentado à Liberdade Sindical

Estêve ameaçado de intervenção o Sindicato dos Têxteis de Taubaté e Caçapava — Toma posição o Pacto de Unidade Intersindical — Vitoriosa mais uma vez a unidade dos trabalhadores

Novos atentados contra a liberdade sindical se verificam. Desta vêz em São Paulo. Depois das perseguições policialescas contra dirigentes do sindicato dos operários têxteis do Rio e contra o Sindicato dos Têxteis de Taubaté e Caçapava que se volta agora a violência do govêrno.

A Causa da Violência

Está evidente que a ameaça que pesa sôbre o órgão de classe dos têxteis de Taubaté e Caçapava não é um fato isolado das dificuldades por que vêm passando a indústria de tecidos nêsses últimos tempos. O govêrno do sr. Kubstichek, incapaz de solucionar o problema de mercado para o escoamento da produção textil e de matéria prima e máquinas para o parque industrial de nosso país, inquieta-se com a resistência dos trabalhadores que se recusam a aceitar sôbre os seus ombros, todas as conseqüências da crise que assoberba a indústria textil do país. Como saída, busca o govêrno atemorizar, amordaçar, desorganizar os operários têxteis, tentando assaltar, através do Ministério do Trabalho, os seus sindicatos. Com êsse expediente antioperário, espera o govêrno "resolver" a situação da indústria textil brasileira.

O Pretexto Para a Intervenção

O pretexto para a investida ao sindicato dos texteis de Taubaté e Caçapava foi o fato de ter sido expulso do mesmo, um elemento indesejável, protegido do sr. José Walter Loureiro Coimbra, ex-chefe da divisão da Delegacia Regional do Trabalho, daquela cidade. O sr. José Walter não tendo conseguido a reinclusão do seu protegido nos quadros sociais do sindicato, pela vontade de cêrca de 4.000 associados, passou a manobrar, levantando suspeição sôbre a contabilidade do Sindicato.

Em assembléia realizada para examinar a contabilidade, esta foi aprovada pela assembléia e pelo Conselho Fiscal, votando contra a mesma, apenas um reduzido grupo de 14 elementos, manobrado pelo ex-chefe da divisão da Delegacia Regional do Trabalho, numa assembléia em que participaram cêrca de 300 associados.

Apesar de desmascarados os intentos reacionários daquele funcionário do govêrno, a direção do sindicato pôs à disposição os seus livros, para exame de peritos. Entretanto, contrariando tôdas as normas, a Divisão enviou o processo diretamente ao Ministério do Trabalho, alegando que o sindicato havia se recusado ao exame da contabilidade.

Uma prova evidente de que o objetivo do govêrno é golpear a unidade e a liberdade sindical, é que, imediatamente, o Departamento Nacional do Trabalho deu seu parecer, favorável a intervenção no sindicato.

Muralha Humana em Defesa do Sindicato

Dada a indignação que êste fato vem levantando no movimento sindical paulista, podemos dizer que, mais uma vez o govêrno laborou num êrro de cálculo ao pensar que os trabalhadores ficarão de braços cruzados ante o atentado aos seus órgãos de classe. Falando à imprensa paulista, o sr. Joaquim Rodrigues do Prado, presidente do sindicato ameaçado, disse: "Permitimos a vistoria de nossa contabilidade, mas não permitiremos a intervenção ao nosso sindicato. Como os trabalhadores de Volta Redonda que repeliram a intervenção do então ministro Alencastro Guimarães, os texteis de Taubaté e Caçapava erguerão uma muralha humana em frente ao sindicato não permitindo a violência a liberdade sindical.

Com os Têxteis o Pacto Intersindical

O Pacto de Unidade Intersindical em sua última reunião de forma incisiva, tomou posição contra a iminente intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato dos Trabalhadores na Industria de Fiação e Tecelagem de Taubaté e Caçapava. De pé, os dirigentes sindicais presentes aprovaram as resoluções que relacionamos abaixo.

1) Uma comissão de seis dirigentes sindicais seguiu para o Distrito Federal para entregar ao presidente da República e ao ministro do Trabalho um ofício assinado por centenas de dirigentes sindicais paulistas contra a aludida intervenção.

2) O Pacto da Unidade manter-se-á em assembléia permanente pronto a tomar qualquer medida contra a violação da liberdade sindical.

3) Recomendar a todos os Sindicatos que convoquem assembléias das quais conste um ponto contra as intervenções em Sindicatos.

4) Que se publique Carta Aberta do Pacto sôbre o assunto.

5) O Pacto de Unidade Intersindical deliberou dirigir-se à Delegacia Regional do Trabalho, pois êste organismo, oficialmente, ignora a intervenção.

Sustada a Intervenção

Pondo em prática a resolução do Pacto de Unidade Intersindical, no dia 29 último esteve com o ministro do trabalho, uma comissão de líderes e dirigentes sindicais da capital paulista, que, portadores de um abaixo-assinado contendo 62 assinaturas de outros líderes e dirigentes sindicais, solicitaram do sr. ministro, a anulação da medida coatora e tiveram como resposta, a promessa de que a mesma seria imediatamente sustada.

Mais uma vez venceu a unidade da classe operária. Mais uma vez foi repelido atentados à liberdade sindical, graças a coesão e a combatividade da classe operária.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Texteis de Taubaté e Caçapava dirige à uma assembléia de operários que unidos em tôrno do Pacto Intersindical repelem os atentados à seus direitos

APOIO AO COMITÊ CENTRAL

Recebemos:

O Comitê Regional do Vale do Paraiba, do Partido Comunista do Brasil, reunido em Pleno ampliado, resolveu hipotecar inteiro apoio ao Comitê Central do P.C.B. pela sua firme atitude em relação à atividade divisionista de Agildo Barata. Estendemos êste apoio ao Presidium do Comitê Central e ao camarada Prestes.

VALE DO PARAIBA, MAIO DE 1957.

O Comitê de Zona de Barra do Piraí, do P.C.B., reunido em Pleno, decidiu hipotecar apoio e solidariedade ao Comitê Central do P.C.B. pelo lançamento do informe do camarada Prestes, em nome do Presidium ao Comitê Central.

BARRA DO PIRAI, Maio de 1957.

EXIGEM O RECEBIMENTO DOS DIAS DE GREVE OS OPERÁRIOS DO GÁS DE SÃO PAULO

Os operários da Companhia de Gás de São Paulo, de modo nenhum estão satisfeitos com a atitude que vem tomando aquela emprêsa, com relação ao pagamento do salário atrasado em cumprimento ao acôrdo firmado com os trabalhadores. A Companhia, apesar de já estar recebendo o aumento das tarifas, vem se negando a pagar de uma só vez o salário atrasado. Assim, no dia 27 último a Companhia pagou 50% dos atrasados, ficando os restantes 50% para ser pagos em duas vêzes, em «prestações» de 25%, até o fim do corrente mês.

EXIGEM O PAGAMENTO DOS DIAS DE GREVE

A Companhia de Gás, por outro lado, manobra para anular a conquista dos operários, obtida na última greve. Com êsse propósito, negam a emprêsa a pagar os dias em que estiveram em greve os seus empregados. No seu inadmissível propósito de espoliar os operários, a Companhia ameaça até fazer o desconto dos dias de greve, nas férias dos trabalhadores. Tal absurdo os operários jamais consentirão. Os operários não são responsáveis pela greve que fizeram, pois foram impelidos pela intransigência da Cia. que não queria lhe dar o aumento de salário a que tinham direito. Os trabalhadores não podem perder os dias que estiveram parados porque nesses dias tanto êles como suas famílias, comeram, pagaram aluguel, luz, água, etc. Tudo isso tem que ser pago com o seu salário, inclusive com o salário dos dias de greve.

Os trabalhadores paulistas exigem:

IMPUGNAÇÃO DO NOME DE TABARACCI PARA O IAPI

Vem tendo enorme repercussão nos meios sindicais de São Paulo, o fato de ter o sr. José Tabaracci, pedreiro, filiado sobre matrícula de nº 667, ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, concorrido ás eleições de Delegado — Eleitor do IAPI, por dois sindicatos.

Sem apoio dos seus companheiros da construção civil, Tabaracci candidatou-se pelo seu órgão de classe, mas foi fragarosamente derrotado. Aventureiro, interessado em manter-se na "mamata" do IAPI, José Tabaracci não vacilou em burlar a legislação trabalhista e, com a conivência de diretores do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Mármore e Granito, candidatou-se a Delegado-Eleitor, conseguindo se eleger.

Tal fato vem provocando uma indignação geral em todos os sindicatos. Um abaixo assinado de protesto já foi enviado á Comissão de Eleição de Delegados Sindicais e ao Conselho Fiscal do IAPI. Ao mesmo tempo foi pedida a impugnação do nome de José Tabaracci, como Delegado-Eleitor daquele Instituto.

DOZE MULHERES À FRENTE DO SINDICATO DOS TEXTEIS

A Federação dos Têxteis de São Paulo acaba de receber uma comunicação da antiga Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Vargem Grande do Sul, na qual dão conta do resultado das eleições e a constituição da nova diretoria daquela entidade, atualmente Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Vargem Grande do Sul.

Intensificar salientar que, fato inédito no Brasil e talvez no mundo, os doze cargos ocupados na atual diretoria eleita são por 12 mulheres.

O comunicado da aludida entidade está redigido nos seguintes têrmos:

«Pelo presente temos a satisfação de levar ao conhecimento de V.S. que em data de 17 de fevereiro do corrente ano foi realizada uma reunião na cidade de Vargem Grande, na qual foi eleita a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis desta cidade, que ficou assim constituída:

Presidente: Luiza Ferreira; secretária — Amália Costela; tesoureira — Nair Rabelo. Suplentes: Aparecida Paleto, Maria José dos Santos e Lourdes Stefanini. Conselho Fiscal: Luiza Aparecida Bivani, Rosa Bivanti e Josefina Moreno. Suplentes: Aparecida Milan, Glacia Fornari e Joana Nunes.

CHAPA DE UNIDADE DOS TÊXTEIS DE JUNDI

Os trabalhadores na indústria de tecidos, na cidade de Jundi, estão empenhados numa saída unitária para as eleições sindicais que se devem realizar no próximo dia 14 do corrente.

Mesmo antes de ser publicado o edital de convocação das eleições, já os elementos mais ativos do sindicato procuravam arregimentar a maioria dos associados para um entendimento que possibilitasse a formação de uma chapa única, não baseada em grupos ou indivíduos, mas uma chapa que se baseasse na massa dos sindicalizados e contasse com o apoio da esmagadora maioria dos têxteis, mesmo daqueles que por uma ou outra razão estejam fora do seu órgão de classe.

Em busca dessa unidade, várias reuniões foram realizadas onde se discutia democràticamente, não só os nomes a compor a chapa, mas sobretudo o programa de reivindicações a ser levantado para unir os operários têxteis. Finalmente chegou-se a um ponto de vista comum e organizou-se a seguinte chapa:

DIRETORIA

Benedito Camargo, Antônio Galdino, Laurindo Dias de Almeida, Leonisio Fonteloni e Manoel Mina.

CONSELHO FISCAL

Luiz Carpi, Pedro C. de Lima e Virgilio Caetano Chiaqui.

REPRESENTANTE NA FEDERAÇÃO

Benedito Camargo, Antônio Galdino e Ana Palombo.

Com essa chapa e os seus respectivos suplentes, os têxteis de Jundi marcharão unidos, no dia 14 para as urnas

EM SÃO PAULO,

Novos Impostos Sôbre as Feiras-Livres

Os feirantes da Capital de São Paulo estão, neste momento, em séria luta contra a lei 3.664, que os obriga a pagar o impôsto de vendas e consignações. O movimento dos feirantes vem despertando o vivo interêsse na Capital bandeirante e captando a simpatia da população.

Ivan Rodrigues Prado

A liquidação das feiras-livres seria mais um fator para o encarecimento do custo da vida — Unidos, resistem os feirantes às investidas do govêrno

O que salta à vista é que, agindo a serviço da Associação Comercial, do Sindicato dos Varejistas, de banqueiros, o governador Jânio Quadros pressiona os feirantes, com o objetivo de liqüidar ràpidamente as feiras livres da Capital.

CONTRA A POPULAÇAO

Ao mesmo tempo que o govêrno do Estado faz pressão através da exigência de pagamento do impôsto de vendas e consignações, por parte dos feirantes na Câmara Municipal de São Paulo, o vereador Paulo de Tarso apresenta um projeto de lei, cujo texto manda proibir as feiras-livres e qualquer comércio ambulante numa área de dois quilômetros em derredor dos mercados populares. Aqui está uma prova de que o sr. Jânio Quadros, pressionando econômicamente os feirantes, visa liqüidar com as feiras-livres.

Não resta dúvida que a manobra contra os feirantes e ambulantes é, em última análise, prejudicial à população de São Paulo, que teria de enfrentar maior carestia de vida, imposta pela elevação do pagamento de impostos pelos feirantes ou pela liqüidação das feiras-livres, local onde a dona de casa ainda pode comprar gêneros melhores e alguns centavos mais baratos. Esta é, entre outras, uma das razões porque o povo vê com simpatia o movimento de resistência dos feirantes.

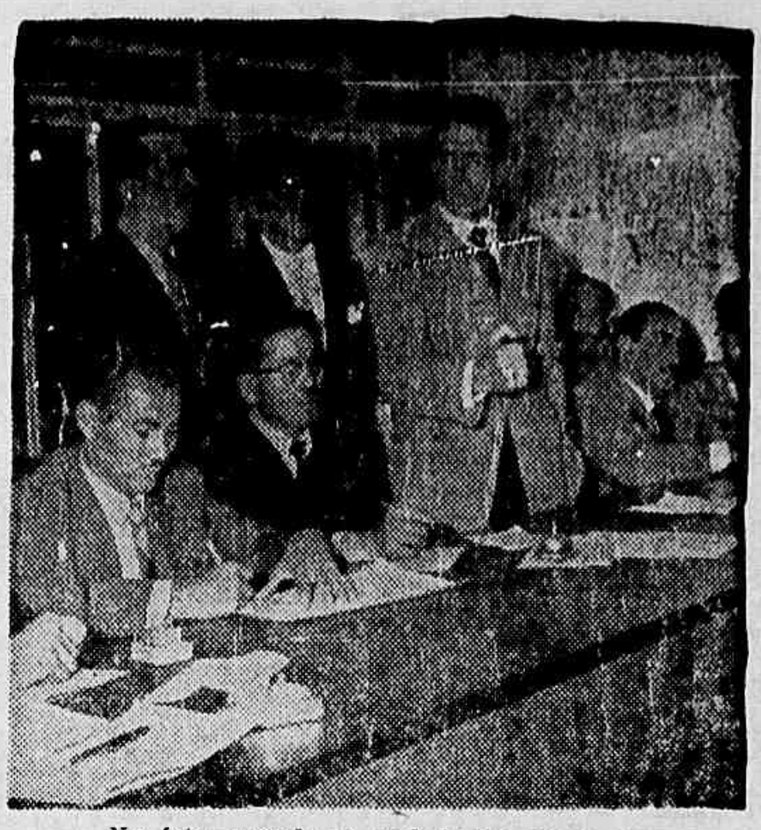
O GOVÊRNO CONCORRE PARA O ENCARECIMENTO DA VIDA

Acompanhando os atentados do govêrno contra o livre comércio dos feirantes é que a população da Capital bandeirante se convence que não existe da parte do govêrno nenhum interêsse em solucionar o problema da carestia de vida. O govêrno ao invés de criar facilidades aos feirantes e ambulantes, reduzindo-lhes os impostos, ampliando as feiras-livres, cria maiores dificuldades que só poderão redundar em maior encarecimento do custo da vida.

ESTAO UNIDOS OS FEIRANTES

Na defesa dos seus interêsses, contra a espoliação a que lhe quer submeter o govêrno, os feirantes vêm se movimentando em grandes assembléias e estão dispostos a ir até à greve. Enquanto isso, os grupos interessados na liqkidação dos feirantes espalham que os feirantes de origem japonesa não concordam com a greve e estão dispostos a furá-la. Isso não é verdade de vez que, os elementos japoneses vêm participando entusiàsticamente de todo o movimento e se dispõem à luta ao lado de seus companheiros. Contam ainda os feirantes com a solidariedade ativa dos ambulantes e a simpatia do povo de São Paulo.

Aspecto da concorrida assembléia, quando os feirantes decidiram ir aos Campos Elísios, exigir do Sr. Jânio Quadros a dispensa do pagamento do impôsto de vendas e consignações.



Na foto, quando os ambulantes prestavam solidariedade aos feirantes.

ESTABILIDADE DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Em várias ocasiões têm os empregadores desrespeitado dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho que prevê a estabilidade ao dirigente sindical, durante o exercício do seu mandato. O último fato de que temos conhecimento passou-se com o sr. Nestor da Silva, diretor do Sindicato dos Aeroviários, que foi demitido da firma em que trabalhava, a «Real Aerovias», em resultado da sua atuação sindical em favor de seus companheiros de serviço.

Apesar do preceito da CLT constante do art. 543 § 3º relativo à matéria, e os pronunciamentos da Justiça, como no caso acima que já obteve pronunciamento favorável ao empregado pelo TRT, alegam os patrões que o citado art. da CLT não prevê a garantia de reintegração aos empregados dirigentes sindicais não estáveis.

No sentido de cobrir a possivel lacuna da lei, e eliminar a interpretação patronal, o deputado federal José Talarico acaba de apresentar um projeto de lei nº 2.585, que aprovado passará a garantir a estabilidade no emprêgo do dirigente sindical qualquer que seja o seu tempo de casa, garantindo ainda outras imunidades extensivas também aos trabalhadores sindicalizados.

E' o seguinte o texto do projeto:

«O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — É assegurado ao empregado, sem nenhuma distinção ou dependência de autorização prévia, o direito de filiar-se à organização sindical de sua categoria profissional.

Art. 2º — O empregado deve desfrutar adequada proteção contra todo ato discriminatório tendente a afetar a liberdade sindical em relação ao seu emprêgo.

Art. 3º — A proteção à liberdade sindical deve ser exercida, especialmente, contra todo e qualquer ato que tenha como objetivo:

a) — sujeitar o emprego a condição de que o empregado não se filie a um Sindicato ou deixe de ser membro do mesmo;

b) — despedir o empregado ou prejudicá-lo de qualquer outra forma por motivo de sua filiação sindical ou de participação em atividades sindicais fora das horas de trabalho e com o consentimento prévio do empregador quando e durante às horas de trabalho.

Art. 4º — Os empregados membros da diretoria, os que não são investidos legalmente no mandato sindical, inclusive os delegados sindicais, terão garantidos, enquanto estiver no exercício de suas funções, e até dois anos após o seu término:

a) — estabilidade no emprêgo;

b) — permanência no mesmo local de trabalho;

c) — permanência nas mesmas funções;

d) — irredutibilidade de salário ou remuneração;

e) — liberdade de locomoção no recinto da emprêsa ou local de trabalho;

f) — não sofrer punição sem audiência da diretoria do Sindicato;

g) — residência no próprio da empresa, se residir em imóvel do empregador, livre de despejo.

Art. 5º — No exercício do mandato sindical, o empregado — por suas opiniões, palavras e atos não pode ser detido durante o exercício de suas funções, sob a alegação de incentivar dissídio ou paralisação do trabalho, nem ser passivel de restrições na sua liberdade individual.

Art. 6.º — A qualquer empregado que venha a ser designado ou eleito para representação eventual ou transitório do Sindicato, extensivos os mesmos direitos desta lei.

Art. 7º — As organizações sindicais de trabalhadores, e as de empregadores — deverão gozar de proteção contra todo ato de ingerência de umas contra as outras, que se efetivem diretamente ou por intermédio de agentes ou de seus membros em relação à sua constituição, funcionamento, a administração e defesa de seus interêsses.

Parágrafo único — São também, considerados atos de ingerência, as medidas e ações tendentes a fomentar a constituição de organizações sindicais de trabalhadores sob o contrôle, mesmo vedado, de empregador ou empresas, ou que se subordinem às representações sindicais de empregadores.

Art. 8º — O empregado eleito para cargo de administração sindical, ou de representação profissional, não poderá, por motivos de serviço, ser impedido do exercício de seu mandato.

Art. 9º — O disposto nesta lei se aplica às organizações sindicais de todos os graus.

Art. 10 — O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no prazo de noventa dias da publicação desta Lei, estabelecerá a respectiva regulamentação, tendo em vista os principios de direito de livre associação e o de liberdade sindical.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.»

Sôbre a Campanha de Retificação do Estilo de Trabalho na China

(Conclusão da 4ª Página)

Sumo em certos limites, afirma também **a existência de erros e defeitos** no trabalho de direção e a necessidade de **estender a vida democrática e a crítica e autocrítica na sociedade socialista.**

A **primeira das atitudes** é metafísica enquanto **a última é dialética. A primeira** faz surgir as tendências burocráticas, **sectárias e subjetivas** no trabalho de direção. Em circunstâncias especiais pode até dar lugar às tendências autocráticas e ditatoriais que acarretam uma certa estagnação e rigidez no desenvolvimento da sociedade socialista. Quando vêm para o primeiro plano as contradições nas fileiras do povo podemos perder a cabeça e confundir tais contradições com aquelas entre o inimigo e nós mesmos e erradamente usar os métodos a serem utilizados contra o inimigo para tratar com o povo, criando assim o perigo de se tornarem antagônicas, em seu caráter, as contradições dentro das fileiras do povo.

A adoção da segunda atitude exige que se mantenha uma luta constante contra as tendências burocráticas, sectárias e subjetivas, de modo a assegurar o constante, vivo e vigoroso desenvolvimento da sociedade socialista. Tal adoção requer ainda que mantenhamos constantemente uma atitude sóbria, objetiva e de larga visão e façamos uma rigorosa distinção entre as contradições nas fileiras do povo e as contradições que nos opõem ao inimigo, que deixemos o povo livremente proclamar suas diferentes opiniões e livremente discuti-las de modo a tornar sempre facil resolver corretamente e a tempo as contradições nas fileiras do povo, sem que se desenvolvam em contradições antagônicas.

A decisão do Comitê Central do Partido, de encetar uma campanha de retificação no Partido, visa a habilitar o conjunto do Partido a adotar a segunda atitude frente à nova situação social, às contradições nas fileiras do povo e ao seu próprio trabalho. Ela exige que todo o nosso Partido trabalhe conscienciosamente para conduzir nossa causa socialista, a vida política da China e nosso país, como um todo, pela estrada de um vivo e vigoroso avanço.

Não pode haver dúvida de que nosso Partido obteve grandes e gloriosas vitórias neste trabalho. E' um fato inegável que o nosso Partido, em seu conjunto, está em estreito contacto com as massas. Mas as tarefas dos dirigentes não consistem em elogiar as conquistas já alcançadas, mas em descobrir as novas questões que se apresentam e dar passos adequados no devido tempo.

Deveremos empregar o método «unidade-crítica-unidade» para superar as tendências burocráticas, sectárias e subjetivas de uma parte dos camaradas do Partido. Além disso, deveremos tornar todo o Partido consciente da nova situação social, após a revolução socialista, e da lei de desenvolvimento das contradições no seio da sociedade socialista. Devemos habilitar o conjunto do Partido a dar um passo à frente no fortalecimento de suas ligações com as massas e desenvolver a sua excelente tradição de compartilhar com as massas dos bons e dos maus momentos. Deveremos adotar o método de estender a vida democrática e a crítica e autocrítica através do país, de modo a tornar fácil a descoberta e a correta solução das contradições entre os dirigentes e as massas e ao mesmo tempo tornar o povo consciente de que na sociedade socialista êle é senhor e goza da mais completa igualdade e liberdade. Isso tornará mais fácil às massas libertar-se da influência da velha sociedade e trabalhar mais energicamente para construir a economia e a cultura socialistas.

Uma das importantes razões pelas quais os dirigentes se tornam isolados das massas é o seu divórcio do trabalho físico. No presente nível do desenvolvimento social é impossível combinar inteiramente o trabalho mental do pessoal do govêrno com o trabalho físico dos operários e camponeses.

A diretiva do Comitê Central do Partido exige que o pessoal dirigente do Partido, do govêrno e das fôrças armadas, de todos os níveis, e em primeiro lugar os dirigentes do Partido, que possam realizar maior ou menor quantidade de trabalho físico, dediquem parte do seu tempo a tal trabalho juntamente com os operários e camponeses. Como assinala a diretiva, isso ligará fortemente os dirigentes com as massas e por êsse meio as relações dentro das fileiras do povo tomarão um novo aspecto e a burocracia, o sectarismo, o subjetivismo e a «pose de lord» serão eliminados em larga escala.

A aplicação por completo, das diretivas do Comitê Central sôbre a Campanha de Retificação, consolidará grandemente as ligações de nosso Partido com o povo através de todo o país. Mais ainda, consolidará grandemente as relações socialistas de produção e o Estado socialista que recentemente criamos.»

À MEMÓRIA DE CÉLIO GOMES

Recebemos, do pai do bravo lutador Célio Gomes, há dois anos tombado na luta da classe operária e do povo de Goiás, a seguinte mensagem:

"A 2 de junho de 1955 fôste assassinado pela polícia goiana. Fôste mais uma vítima dos inimigos do Brasil, dos carrascos de nosso povo. Fôste mais uma vítima daqueles que se dizem defensores da democracia cristã e ocidental, mas que só têm um objetivo — receber o preço da sua traição ao Brasil, fazer jus à sua parcela dos despojos arrancados ao povo brasileiro pelo imperialismo ianque.

Ao tombares ferido pelas balas assassinas, não tiveste desilusão — sabias do quanto são capazes êsses monstros — inúmeros nomes de outras vítimas como tu, estavam registradas em tua fértil memória, alguns desconhecidos para ti, outros bastante ligados ao teu coração jovem e cheio de afeto, todos porém amados por ti, por mim e pelo povo trabalhador desta pátria que tanto amaste e que nós continuamos amando até o último sacrifício.

Sempre que um camarada de luta tomba, o nosso sofrimento é grande, porém é também um forte estímulo à luta, porque sentimos o quanto é imperioso o prosseguimento dessa luta até a vitória final.

O teu sacrifício não foi vão, como não foram vãos os sacrifícios dos que te antecederam. Hoje já não é só a classe operária e os camponeses que sentem a necessidade da defesa da soberania nacional e assegurar para o Brasil um desenvolvimento livre e progressista e de dias melhores de liberdade e bem-estar para todo o povo. É' pena que os que tombaram não possam ver e sentir êsse crescente desejo de luta dêsse povo por quem êles deram suas vidas, contra o opressor imperialista norte-americano.

Os imperialistas ianques e seus agentes em nosso país tudo fazem para escravizar nosso povo, porém têm encontrado pela frente a resistência de todos os verdadeiros patriotas. Não obstante a política anti-nacional do govêrno, estamos certos, Fernando de Noronha voltará ao domínio dos brasileiros. Os soldados ianques serão expulsos do solo pátrio. A classe operária, os camponeses e todo o nosso povo saberão construir a sua própria felicidade, porque tem o estímulo de sacrifícios como o teu Célio.

Apesar dos anos e do estado precário de saúde, ainda tenho desejo de lutar, não só por dever de patriotismo, mas também impelido pela tua memória, meu Célio. Podes estar certo: lutarei!

I. GOMES"

Leia

DA TEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO

De M. Rosental

Solidariedade do C.E. da Carris Ao Presidium do Comitê Central

O CE da Carris do CR do Rio do PCB, tomando conhecimento da Declaração do Presidium do CC sôbre a traição de Agildo Barata ao PCB, e ao movimento operário, resolve encaminhar ao Presidium do CC a seguinte declaração:

Desde a abertura dos debates sôbre o culto da personalidade e seus reflexos em nosso Partido, que vinhamos acompanhando com grande preocupação as atividades antipartidárias de Agildo Barata e de um pequeno grupo que o seguia. Os artigos escritos em jornais populares e as atividades práticas de Agildo Barata e seu pequeno grupo deixaram bem claro para nós quais os seus objetivos: separar o PCB do movimento comunista mundial, que tem como centro a gloriosa URSS, desfechando assim um golpe no internacionalismo proletário; combater a unidade do Partido, caluniando a Direção máxima de nosso Partido; transformar nosso Partido num partido reformista; colocar a classe operária a reboque da burguesia, como sua fôrça de reserva. Êstes intentos criminosos culminaram com as declarações de Agildo Barata a uma revista burguesa.

Consideramos essas declarações antipartidárias uma autocrítica de Agildo Barata ante as classes dominantes. Agildo renega pùblicamente seu passado de revolucionário e de comunista, procurando inclusive, injuriar o movimento revolucionário de 1935.

Com sua autocrítica ante a reação, Agildo procura tornar-se «persona grata» às classes dominantes.

Em palavras e na prática o pequeno grupo fracionista dirigido por Agildo Barata transformou-se em agentes das classes dominantes procurando minar a unidade do Partido e do movimento operário.

O fato de que os jornais da reação e a polícia estão sempre bem informados sôbre os «documentos confidenciais» lançados por Agildo Barata e por um grupo fracionista — indica bem quem são os acompanhantes de Agildo Barata.

O CE da Carris apoia sem reservas a Declaração do Presidium do CC e pede ao Presidium do CC que proponha na próxima reunião do CC a expulsão de Agildo Barata e de seu pequeno grupo fracionista por terem desertado do PCB e se terem colocado a serviço dos piores inimigos do nosso povo.

Estamos convencidos que a expulsão das fileiras do PCB de elementos como Agildo Barata só virá beneficiar o movimento revolucionário — o PCB reforça-se expulsando de suas fileiras seus pusilânimes e traidores.

As atividades criminosas do pequeno grupo fracionista dirigido por Agildo Barata só serviu para reforçar ainda mais nossa unidade em tôrno do CC e do camarada Luiz Carlos Prestes.

Unidos em tôrno de nosso CC que tem à sua frente o querido camarada Luiz Carlos Prestes, marchamos confiantes para novas vitórias.

Rio, Junho de 1957

O CE DA CARRIS DO CR DO RIO DO PCB

PREPARANDO O FESTIVAL

Os estudantes da Universidade de Moscou trabalham com entusiasmo, juntamente com os jovens operários soviéticos, nos preparativos do próximo FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE, PELA PAZ E PELA AMIZADE.

As principais ruas e praças da bela capital já estão ornamentadas para receber seus jovens hóspedes e todo o povo vem sendo mobilizado para apoiar o Festival através de alegre e entusiástica propaganda.

No clichê vemos uma curiosa motocicleta que serve de base a todo um conjunto de "jazz", percorrendo as ruas de Moscou e antecipando a alegria que reinará durante todo o próximo mês de julho.

EM CAJUEIRO,

LAVRADORES PARAENSES ASSEGURAM A POSSE DA TERRA

VITÓRIA CONQUISTADA GRAÇAS À UNIÃO E ORGANIZAÇÃO

Na localidade de Cajueiro, município de Bujarú (Pará), os lavradores acabam de obter significativa vitória contra as tentativas de expulsá-los das terras que vêm lavrando há mais de 20 anos.

Grande número de famílias camponesas lavra a terra em Cajueiro. Recentemente, o arrendatário Matias Lemos começou a exigir de cada lavrador que lhe pagasse Cr$... 600,00 por ano e por cada tarefa de roça. Ora, os camponeses jamais poderiam pagar semelhante quantia e continuaram a lavrar as terras.

Visando intimidar os camponeses, Matias Lemos ameaçou-os de despejo e passou a persegui-los. Utilizando-se da polícia de Guaramuru, sede do município, mandou prender em cada semana, cinco lavradores, visando vencer os camponeses pela perseguição policial sistemática, pelo terror e pela fome.

Com o aumento das perseguições, os camponeses de Cajueiro começaram a se unir e tomaram uma iniciativa que deu resultado: quando o comissário de polícia mandava prender cinco trabalhadores, os demais homens da Colônia se juntavam no maior número possível ao lado daqueles cinco e iam para o xadrez. As detenções — umas vez, foram 40. Como no xadrez não havia lugar para tanta gente, o jeito era soltar todos. E assim se fez, até que o explorador desistiu da perseguição.

No decorrer dessa luta em defesa da posse de suas terras, surgiu a Associação dos Lavradores de Cajueiro, cujo objetivo imediato e principal de adotar medidas e iniciativas em defesa da posse das terras e do direito de nelas trabalhar.

Matias Lemos ameaça então os camponeses de derrubar e incendiar a sede da nova Associação, pensando assim derrotar os camponeses. Marcou o dia em que êle mesmo e alguns capangas deveriam executar a ameaça. Mas os trabalhadores elaboraram um plano de defesa de sua sede, mobilizando todos os homens da colônia. E o explorador nem sequer apareceu.

Foi a segunda vitória dos camponeses de Cajueiro, graças à sua unidade e combatividade.

Tendo à frente a Associação dos Lavradores, os camponeses de Cajueiro apresentaram ao governador Magalhães Barata um abaixo-assinado, contendo grande número de assinaturas, solicitando providências para que lhes seja garantida a posse das terras que cultivam.

Uma comissão composta de 40 lavradores fez a entrega do memorial. Diante da disposição revelada por eles, mandou o governador desapropriar as terras, cuja posse era reclamada pelos camponeses.

RESOLUÇÃO DO COMITÊ REGIONAL DO RIO DO PCB

O COMITÊ REGIONAL DO RIO DO P.C.B. reunido para discutir a «Declaração do Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil» a propósito da declaração feita por Agildo Barata a um semanário burguês, toma a seguinte Resolução:

1) — O C. R. aprova a atitude tomada pelo Presidium do Comitê Central denunciando o pequeno grupo fracionista dirigido por Agildo Barata. A declaração do Presidium do Comitê Central arma todo o Partido para lutar contra a ação desagregadora do referido grupo. O C. R. do Rio, expressando o sentimento de todos os membros e organizações do Partido na região, repudia a ação do renegado Agildo Barata e seus seguidores, visando desmoralizar a direção do Partido e o camarada Prestes e ferir a unidade do Partido com o objetivo de enfraquecer o movimento operário. Êste o principal escôpo de Agildo Barata com a entrevista concedida a um semanário burguês e na qual deserta da luta revolucionária.

2) — O C. R. do Rio, alerta a todos os membros e organizações do Partido na região para o perigo que representa a ação nefasta de Agildo Barata e seu pequeno grupo. Ao colocar-se fora e contra o Partido, Agildo Barata pretende iludir os menos avisados, apresentando-se ainda como socialista. Na realidade aderiu aos inimigos de classe do proletariado. Por isso, o C. R. do Rio do P. C. B. conclama a todos os membros e organizações do Partido a desenvolver a vigilância partidária e a cerrar fileiras em tôrno do Comitê Central que tem a frente o camarada Prestes, a fim de fazer fracassar mais essa tentativa de minar a unidade do Partido.

3) — O C. R. do Rio concita todos os membros e organizações do Partido na região a intensificar os seus esforços para transformar em realidade as resoluções tomadas no último pleno do Comitê Central. A aplicação consequente da Resolução «Sôbre a unidade do Partido» permite o desenvolvimento da luta de opinião, o fortalecimento do centralismo democrático e da democracia interna e, portanto, a salvaguarda da unidade do nosso Partido contra tôdas as atividades divisionistas.

Maio de 1957

O COMITÊ REGIONAL DO RIO DO P.C.B.

SIGNIFICATIVA VITÓRIA DOS TRABALHADORES EM CARRIS

Nas eleições sindicais de sábado último, mais de noventa por cento dos votos foram para as chapas encabeçadas por Vasconcelos e Cavadas.

Os trabalhadores da Light acabam de conquistar, sábado último, uma estrondosa e significativa vitória. Num pleito movimentado para a eleição da nova direção do seu sindicato, saiu vitoriosa a «Chapa Unificação», encabeçada pelo líder Antônio Vasconcelos, que assim foi reeleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos.

A «Chapa Unificação» obteve uma verdadeira consagração, recolhendo mais de 90% dos votos depositados nas urnas, por mais de cinco mil trabalhadores. Com a mesma porcentagem foi eleita a «Chapa Cavadas» para a representação no Conselho da Federação Nacional dos Trabalhadores em Carris Urbanos.

FRUSTRADAS AS MANOBRAS DA LIGHT

A vitória dos trabalhadores em carris foi tanto mais importante, quanto sabemos que o polvo imperialista Light tudo fêz para impedir que os trabalhadores se manifestassem livremente e elegessem os seus verdadeiros líderes, aqueles que na prática têm se revelado honestos e intransigentes defensores dos seus direitos e reivindicações.

Nos dias que antecederam as eleições, boatos e provocações de tôda espécie foram levantados contra os componentes da Chapa encabeçada por Antônio Vasconcelos, com o objetivo de criar confusão, dividir e enfraquecer a unidade dos trabalhadores de Carris. Mas os trabalhadores não se deixaram enganar e lutaram com firmeza pela vitória.

A vitória esmagadora da Chapa Unificação constitui importante reforço de todo o movimento sindical dos trabalhadores cariocas e mais um firme passo no caminho da unidade da classe operária.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100.00
Semestral	60.00
Trimestral	30.00
Núm. avulso	2.00
Núm. atrasado	3.00
Aérea ou sob registro, despesas à parte:	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2.00
Goiás e interior de Amazonas e Territórios	4.00
Outros Estados	3.00
M. Gerais	2.50

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 94 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4963.

PÔRTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º and. — s/ 326.

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, nº 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada)

JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 958 — 1º and. — Salas 3 e 4.

OS POSSEIROS DE FORMOSO QUEREM TERRA PARA TRABALHAR

PREVISTA UMA SAFRA DE 700 MIL SACAS DE ARROZ — NOVAMENTE ENTRAM EM AÇÃO OS GRILEIROS TENTANDO ROUBAR O FRUTO DO TRABALHO DE LONGOS MESES — CARAVANAS POLICIAIS, FORTEMENTE MUNICIADAS, ESTACIONAM EM FORMOSO, A FIM DE INTIMIDAR OS POSSEIROS — NÃO DEVE FALTAR AOS CORAJOSOS POSSEIROS GOIANOS A SOLIDARIEDADE DE TODOS OS TRABALHADORES

TEM SIDO árdua e sangrenta a luta dos posseiros, em nosso país, em defesa do direito de cultivar um pedaço de terra e viver do fruto de seu trabalho. Muitas vêzes, são obrigados a defender de armas na mão êsse direito, para repelir as sucessivas investidas policiais dos jagunços a mando dos grileiros, sempre prontos a invadir as terras cultivadas pelos posseiros e roubar a safra.

Não é fácil o trabalho dos posseiros. Vêm de terras distantes, à procura de um lugar onde possam viver e trabalhar em paz. Derrubam as matas, abrem caminhos, começam a reparar a terra e lançar as sementes. Marcam as divisas das terras e as respeitam rigorosamente. Muitas vêzes, para não morrer de fome no primeiro ano, antes da colheita, são obrigados a viver da caça e da pesca, para a sua própria alimentação.

Entre os posseiros, desenvolve-se o trabalho coletivo e a ajuda mútua. Em sua imensa maioria, são pobres os posseiros que ocupam as terras devolutas, sendo muito pequena a percentagem daqueles que trazem algum dinheiro, ao se instalar. Alguns conseguem enriquecer, tornam-se posseiros ricos — mas êsses, são a pequena minoria.

É assim, em defesa da terra trabalhada com suor e sangue, os posseiros têm travado lutas prolongadas, que se estendem por vários meses, como ocorreu em Porecatu, no Paraná.

Êsse é também o caso dos posseiros de Formoso, no Estado de Goiás.

COMO SURGIU FORMOSO

Desde 1950, começaram a fluir para o centro do imenso Estado de Goiás milhares de camponeses, que fugiam do nordeste brasileiro, assolado pela sêca.

Muitos dêles localizaram-se no município de Amaro Leite — zona do Formoso. Ali, na vila de Trombas (ou vila Dourada), tiveram que enfrentar a mata bravia e só depois de longo esfôrço, puderam plantar as primeiras sementes. A terra era boa e a colheita prometia ser abundante. Foi aí que entrou em ação a polícia, a serviço dos latifundiários, para expulsar os posseiros da terra.

E foi aí, também, que começou a resistência dos posseiros, dispostos a lançar mão de todos os recursos, para se manter na terra.

Verificaram os posseiros inicialmente, nos três municípios onde se haviam localizado, que uma única posse estava legalizada — era a sesmaria de Euzébio Martins, doação feita ainda durante o Brasil Império. Diante disso, resolveram respeitar essa sesmaria e dirigir um abaixo-assinado ao governador do Estado, pedindo as terras devolutas que já ocupavam, direito assegurado pela Constituição do Estado.

Os fazendeiros não se conformaram com isso e começaram com as ameaças e violências. Por outro lado, o Departamento de Terras e Colonização, a quem cabia resolver a questão, nada decidia.

De tôdas as formas, procuraram os posseiros decidir a situação dentro da lei. Inúmeras viagens foram feitas a Goiânia, ao Rio de Janeiro, a fim de apelar diretamente para as autoridades a solução do caso das terras de Formoso. Até que afinal um juiz, Veiga Jardim, deu ganho de causa aos fazendeiros. Mais tarde, êsse juiz foi aposentado, acusado de estar a serviço dos grileiros.

Isso aconteceu em 1954. Diante da sentença contra os posseiros, decidiram êstes enviar seu líder, José Porfírio de Souza — ou Zé Porfírio — para fazer uma proposta aos fazendeiros, em Porangatu. A proposta consistia em vender aos posseiros mil alqueires de terra, a serem distribuídas entre as 500 famílias que ali viviam — dois alqueires, portanto, para cada família. Os fazendeiros ficariam com os restantes 13 mil alqueires.

Mas a proposta foi recusada. E assim também foram recusadas as outras propostas. Ao mesmo tempo, novas ameaças eram feitas, de usar violência contra os posseiros que não se retirassem das posses.

OS GRILEIROS DESENCADEIAM O TERROR

E os fazendeiros cumpriram as ameaças. O terror foi desencadeado contra os posseiros. Os ranchos foram queimados, as roças destruídas, mulheres e crianças espancadas bàrbaramente. As cêrcas foram derrubadas para que o gado pudesse entrar e destruir as roças. Homens foram obrigados pelos policiais a comer sapo vivo e fezes.

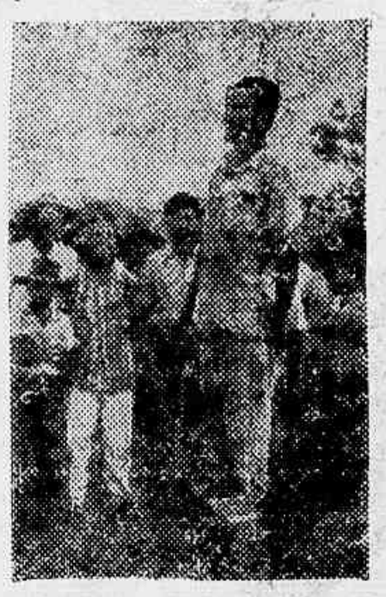
Mas ao contrário do que pretendiam os fazendeiros — intimidar os posseiros e expulsá-los da terra — êstes reforçaram sua decisão de permanecer na terra, a qualquer custo.

O ano de 1954 foi assinalado por lutas cruentas em tôda a região de Formoso. De armas na mão, os posseiros defendiam seu direito a lavrar um pedaço de terra. Centenas dêles haviam preenchido regularmente as fichas da Divisão de Terras e Colonização do Estado, confiantes nas promessas do governador de Goiás, José Ludovico. Mas apesar da afirmação do mesmo de que as terras eram devolutas e os direitos dos posseiros seriam assegurados, a polícia destruía, espancava e matava.

AS PRIMEIRAS VITÓRIAS DOS POSSEIROS

Nos dias 24, 25 e 26 de agôsto de 1956, os posseiros da região de Formoso comemoraram as primeiras vitórias, depois das lutas sangrentas de 1954 e 1955.

Vila Dourada enfeitou-se para êsses três dias de festa, com faixas, bandeirolas, barracas e um palanque, todo enfeitado.



O líder José Porfírio dirige-se aos posseiros

O governador do Estado tinha prometido solucionar a questão das terras, reconhecendo os direitos dos posseiros. Fôra nomeada uma comissão, pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado, para distribuir os lotes aos posseiros. Já antes disso, o representante do govêrno estivera em Formoso e entregara aos posseiros um documento no qual se garantia que aquêles que tivessem mais de 5 anos receberiam os títulos das posses; os que tivessem menos tempo, seriam indenizados e os que estivessem em terras devolutas também seriam indenizados.

Unidos firmemente os posseiros de Formoso defendem o seu direito à terra e à vida

Projeto de Lei em Defesa Dos Posseiros

Em fins do ano passado, na Assembléia Legislativa Estadual de Goiás, o deputado Paulo Roberto apresentava um projeto de lei em que ficava estabelecido o seguinte:

Art. 1 — Fica determinada de utilidade pública uma área de 10 mil alqueires de 48.400 m2 de terras no município de Amaro Leite.

§ único — A escolha recairá na zona denominada Trombas.

Art. 2 — O Poder Executivo é autorizado a fazer a desapropriação da área declarada de utilidade pública a que se refere o artigo anterior.

Art. 3 — O Govêrno do Estado fica autorizado a fazer o pagamento aos prejudicados com a desapropriação, em terras de igual valor, em outra parte do patrimônio do Estado. Havendo benfeitorias, as mesmas serão indenizadas em apólices da dívida pública estadual.

Art. 4 — O pagamento é feito mediante habilitação, acompanhada de documentação que prove o direito de propriedade na área desapropriada.

Art. 5 — A área desapropriada de acôrdo com os artigos anteriores, será subdividida em glebas de 10 (dez) alqueires cada uma e doadas aos colonos que vêm exercendo a atividade rural dentro do município de Amaro Leite, que não possuem terras.

Art. 6 — O Executivo Estadual é autorizado a abrir os créditos necessários para atender os encargos desta Lei, como também para superintender o núcleo colonial de Amaro Leite.

Art. 7 — Esta Lei entrará em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Era mais uma vitória alcançada pelos posseiros.

Novas Ameaças, Com a Aproximação da Colheita

No começo dêste ano, as coisas se agravaram mais uma vez, ante a perspectiva de uma colheita farta e abundante — 700 mil sacos de arroz, além de outros cereais e frutas.

A 17 de março, os jornais de Goiás noticiavam o envio para Formoso, a mando do governador José Ludovico, de uma caravana policial armada de fuzis, metralhadoras e até rádiotransmissores.

A 28 de abril, nova caravana policial seguia, fortemente armada.

Diante do perigo que isso representava para os posseiros — dispostos a lutar até à morte em defesa de suas terras — mobilizou-se a opinião pública do Estado. Em Goiânia, foi constituída uma Comissão de Defesa dos Posseiros de Formoso, integrada pelas personalidades mais representativas do Estado. O governador foi então obrigado a fazer declarações, afirmando que a missão das caravanas policiais consistia em evitar conflitos entre posseiros e grileiros, com ordem expressa de não perturbar a paz na região.

Assinada por seu dirigente — presidente da Associação dos Lavradores de Formoso — José Porfírio de Souza, dirigiram os posseiros através da imprensa goiana uma proclamação ao povo, denunciando as novas ameaças dos grileiros.

Lembrando as promessas repetidas do governador Ludovico, que assegurara aos posseiros que podiam trabalhar em paz, certos de que nenhuma fôrça seria usada pelas autoridades, afirmam os posseiros que até hoje não voltaram à região os agrimensores indicados para fazer a entrega dos lotes de terra e cortar as posses.

«O que nos garante — diziam então os posseiros — não é a polícia e sim o título definitivo das posses.»

Em consequência da situação criada pelo govêrno, de fato de estar a região fortemente policiada, os compradores de arroz não querem ir com seus caminhões até Formoso e Trombas. Daí resulta que tôda a zona é prejudicada em seu abastecimento e seus habitantes passam muitas privações: falta sal, açúcar, banha, remédios, etc.

Também por culpa do govêrno, uma safra de 700 mil sacos, que só de impostos acarretaria um grande lucro para os cofres estaduais, está ameaçada de se perder.

«NÃO QUEREMOS TERRAS DE GRAÇA»

Em sua proclamação, afirmavam os posseiros de Formoso:

«Não queremos terras de graça. Queremos comprá-las do Estado. Achamos que o govêrno deve vendê-las para nós que nelas trabalhamos e produzimos e não para parasitas que não trabalham».

E acrescentam:

«Para provar o nosso interêsse em comprar as terras estamos dispostos a entrar com parte do pagamento nesta safra. Nas nossas casas e nas nossas propriedades temos parte das nossas vidas, não podemos perdê-las».

É preciso resolver com urgência e em definitivo a angustiosa situação dos posseiros de Formoso. São 4.000 posseiros, de cujo trabalho árduo resultou a colheita da safra mais abundante já alcançada até agora. Êsses trabalhadores nada mais querem senão um pedaço de terra para trabalhar em paz e com segurança de que não serão novamente saqueados e submetidos a violências.

A solidariedade de todos os trabalhadores brasileiros — das cidades e dos campos — não deve faltar aos corajosos posseiros de Vila Dourada, que com suor e sangue cultivam o solo e contribuem para a riqueza nacional.

"Achamos que o govêrno deve vendê-las para nós que nelas trabalhamos e produzimos"